

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

MARIA GUAZZELLI MODES

PERFIL DOS PREFEITOS E O PADRÃO DE GASTOS LOCAIS:  
EVIDÊNCIAS PARA MUNICÍPIOS BRASILEIROS

SÃO PAULO

2012

MARIA GUAZZELLI MODES

PERFIL DOS PREFEITOS E O PADRÃO DE GASTOS LOCAIS:  
EVIDÊNCIAS PARA MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Dissertação apresentada à Escola de  
Economia de São Paulo da Fundação  
Getúlio Vargas como requisito para  
obtenção de título de Mestre em Finanças  
e Economia de Empresas

Campo de conhecimento:

Economia

Orientador: Prof. Dr. Enlinson Mattos

SÃO PAULO

2012

Modes, Maria Guazzelli.

Perfil dos prefeitos e o padrão de gastos locais: evidências para municípios brasileiros / Modes, Maria Guazzelli. - 2012.

51 f.

Orientador: Enlison Henrique Carvalho de Mattos.

Dissertação (MPFE) - Escola de Economia de São Paulo.

1. Orçamento municipal - Brasil. 2. Despesa pública. 3. Prefeitos - Brasil. 4. Prefeitos - Aspectos sociais. 5. Brasil - Municípios. I. Mattos, Enlison de. II. Dissertação (MPFE) - Escola de Economia de São Paulo. III. Título.

CDU 336.1/.5(81)

MARIA GUAZZELLI MODES

**PERFIL DOS PREFEITOS E O PADRÃO DE GASTOS LOCAIS:  
EVIDÊNCIAS PARA MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

Dissertação apresentada à Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas como requisito para obtenção de título de Mestre em Finanças e Economia de Empresas

Campo de conhecimento:

Economia

Orientador: Prof. Dr. Enlison Mattos

**Data de aprovação:**

**08 / 10 / 2012**

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Enlison Mattos (Orientador)

FGV-EESP

---

Prof. Dr. Paulo Arvate

FGV-EESP

---

Prof. Dr. Regina Carla Madalozzo

INSPER

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer ao meu orientador Prof. Dr. Enlison Mattos por toda a ajuda durante os últimos meses na confecção de tese. Sempre disposto a sanar minhas dúvidas e inquietações.

Agradeço também aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. Paulo Arvate e Prof. Dr. Regina Carla Madalozzo, obrigada pelo tempo dedicado ao avaliar essa tese.

Aos meus pais e minha irmã, que me apoiaram durante todos os momentos do mestrado, sempre me motivando a seguir em frente.

E em especial, ao meu noivo, por sua paciência, apoio (moral e físico – sempre me levando e buscando nas aulas), motivação, conselhos e companhia.

## RESUMO

Este artigo examina a relação entre informações acerca do *background* dos prefeitos brasileiros e o padrão dos seus respectivos gastos. Usando dados das eleições de 1996, 2000, 2004 e 2008, busca-se investigar se o nível educacional e a ocupação prévia desses governantes afetam a maneira como os mesmos realizam os gastos municipais. Os resultados sugerem que prefeitos cuja ocupação anterior tenha sido político, em média, gastam menos (entre 1.8% e 2.0%) do que prefeitos com algumas outras experiências. Os dados apontam ainda que o nível de escolaridade dos prefeitos não tem efeitos sobre o nível de gastos. Políticos de carreira, uma vez no executivo local, gastam menos em urbanismo (entre 3.32% e 8.95% sobre o percentual gasto com urbanismo) e saúde (entre 1.55% e 3.9% sobre o percentual gasto com saúde) e mais em transporte (de 6.69% a 9.41% sobre o percentual gasto com transporte) e administração (entre 3.46% e 5.63% sobre o percentual gasto com administração) do que profissionais com outra formação.

Palavras chave: gastos municipais, informações dos prefeitos, economia política.

## **ABSTRACT**

This article examines the relationship between information about the background of Brazilian mayors and pattern of their spending. Using data from 1996, 2000, 2004 and 2008 elections, we seek to investigate whether the educational level and prior occupation of these rulers affect how they perform the municipal expenses. The results suggest that mayors whose previous occupation was political, on average, spend less (1.8% to 2.0%) than other mayors with some other occupations. The data also indicate that the education level of the mayors has no effect on spending. Political career, once in the local executive, spend less on urban planning (3.32% to 8.95% over the percentage spent on urban planning) and health (1.55% to 3.9% over the percentage spent on health) and, also, spend more on transport (6.69% to 9.41% over the percentage spent on transport) and administration (3.43% to 5.63% over the percentage spent on administration) than other professionals with training.

Key words: municipal spending, background information of the mayors

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estatísticas descritivas dos municípios	23
Tabela 2 - Estatísticas descritivas dos prefeitos	23
Tabela 3 - Resultados do modelo (1) de gasto municipal per capita – Informação de ocupação e escolaridade dos prefeitos – especificações 1 - 3	26
Tabela 4 - Resultados do modelo (1) de gasto municipal per capita – Informação de ocupação e escolaridade dos prefeitos – especificações 4 - 5	26
Tabela 5 - Resultados do modelo (1) de percentual gasto com educação – Informação de ocupação e escolaridade dos prefeitos – especificações 1 - 3	29
Tabela 6 - Resultados do modelo (1) de percentual gasto com educação – Informação de ocupação e escolaridade dos prefeitos – especificações 4 - 5	30
Tabela 7 - Resultados do modelo (1) de percentual gasto com saúde – Informação de ocupação e escolaridade dos prefeitos – especificações 1 - 3	33
Tabela 8 - Resultados do modelo (1) de percentual gasto com saúde – Informação de ocupação e escolaridade dos prefeitos – especificações 4 - 5	34
Tabela 9 - Resultados do modelo (1) de percentual gasto com urbanismo – Informação de ocupação e escolaridade dos prefeitos – especificações 1 - 3	37
Tabela 10 - Resultados do modelo (1) de percentual gasto com urbanismo – Informação de ocupação e escolaridade dos prefeitos – especificações 4 - 5	38
Tabela 11 - Resultados do modelo (1) de percentual gasto com administração – Informação de ocupação e escolaridade dos prefeitos – especificações 1 - 3	41
Tabela 12 - Resultados do modelo (1) de percentual gasto com administração – Informação de ocupação e escolaridade dos prefeitos – especificações 4 - 5	42
Tabela 13 - Resultados do modelo (1) de percentual gasto com transporte – Informação de ocupação e escolaridade dos prefeitos – especificações 1 - 3	44
Tabela 14 - Resultados do modelo (1) de percentual gasto com transporte – Informação de ocupação e escolaridade dos prefeitos – especificações 4 - 5	45



## SUMÁRIO

<b>1 Introdução</b>	<b>10</b>
<b>2 Revisão de literatura</b>	<b>11</b>
<b>3 Dados</b>	<b>22</b>
3.1 Informações obtidas pelo Tribunal Superior Eleitoral	22
3.2 Informações obtidas pelo Tesouro Nacional	22
3.3 Variáveis de controle	23
<b>4 Metodologia</b>	<b>24</b>
<b>5 Resultados</b>	<b>25</b>
<b>6 Conclusões</b>	<b>48</b>
<b>7 Bibliografia</b>	<b>49</b>

## 1. Introdução

A gestão de política pública no Brasil é um tema que tem ganhado importância nas discussões de economia política pelo seu valor no desenvolvimento das cidades brasileiras, além do seu potencial uso como instrumento de manipulação de votos. A representatividade dessas despesas mostra a grande importância de estudar esse tópico. Essas contas representam 35% do PIB, enquanto que os gastos locais são aproximadamente um quarto desse valor. Isso evidencia a importância em compreender como são determinadas as políticas fiscais. Grande parte dos trabalhos feitos no Brasil que buscam estudar a gestão de recursos públicos se concentra na identificação de ciclos políticos eleitorais e no efeito de mudanças de legislação no comportamento dos políticos, como por exemplo, a emenda da reeleição e a lei de responsabilidade fiscal. Podem ser citados os trabalhos de Nakaguma e Bender (2006), Videira e Mattos (2011) no Brasil e Veiga e Veiga (2007), em Portugal. No entanto, outra parte da literatura foca na análise de como os gastos mudam ao longo de ciclo eleitoral (ver, por exemplo, Sakurai e Menezes-filho 2008 e 2011).

Uma questão ainda pouco explorada para dados brasileiros diz respeito à falta de evidências de como informações do perfil dos prefeitos pode afetar o padrão de gastos e a gestão de recursos públicos de uma forma mais geral. Neste sentido, o objetivo desse trabalho é verificar se as informações dos governantes referentes à sua experiência, formação acadêmica e gênero estão relacionadas com o tipo de gestão que será realizada pelos mesmos, nesse caso, a análise abrangerá os prefeitos brasileiros eleitos em 2004 e 2008 usando informações a partir de 2005. Em particular, duas hipóteses são testadas: (i) o fato de o gestor ter uma formação em uma determinada área faz com que gastos nessa mesma área, ou em outra similar, sejam maiores. Por exemplo, prefeitos médicos gastam mais em saúde? (ii) Prefeitos com um maior nível de escolaridade têm um controle maior dos gastos (menores gastos per capita) e também uma melhor distribuição dos mesmos (premiar políticas bem sucedidas). Além disso, é examinado se o gênero tem algum impacto na composição dos gastos, uma vez que muitos trabalhos mostram que governantes de diferentes gêneros podem ter comportamentos distintos em seus mandatos (Thomas (1991), Thomas e Welch (1991) e Schwindt-Bayer (2006)). Pelo fato do Brasil ainda ser uma democracia relativamente nova, é limitada ainda a experiência da população

na escolha de um governante. Desta forma, busca-se também mais insumo para esta discussão no país.

Os gastos municipais foram as informações escolhidas como medida das atitudes dos governantes principalmente pela facilidade do acesso dos dados, mas também porque eventuais tentativas de manipulações de resultados políticos geralmente se formam através de mudanças na composição dos gastos. Drazen e Eslava (2005) apontam que em anos eleitorais o gasto e o déficit total ficam constantes e somente são alterados os gastos com investimento. Segundo os autores, esse deve ser o comportamento dos políticos, pois os eleitores somente conseguem observar as ações dos políticos após suas eleições, e não sabem se as alterações na composição dos gastos feitas por esses políticos são fundamentadas, ou se estão sendo utilizadas como instrumentos de manipulação de votos. Eles observam também que um aumento da probabilidade de reeleição está associado há um aumento nos gastos com investimento e redução no déficit, porém, não encontram evidências de que exista relação entre probabilidade de reeleição e aumento dos gastos em geral.

O trabalho apresenta cinco seções além desta. A seguir apresentamos a revisão da literatura. Nas seções três e quatro apresentamos os dados e metodologia. Na seção 5 discutimos os resultados e na última apontamos as conclusões.

## **2. Revisão de literatura**

Trabalhos sobre ciclos políticos conseguem trazer direção sobre esse tópico, principalmente porque é fundamental que identifiquemos que tipo de ciclo político é o observado na gestão estudada, para assim tentar entender o que pode afetar os gastos públicos dos municípios e estados. Dentre os modelos de ciclos políticos podemos citar o de ciclos políticos oportunistas e o de controle político. No trabalho de Nakaguma e Bender (2006), os autores diferenciam esses dois ciclos.

O primeiro diz respeito ao ciclo oportunístico que assume ser motivado exclusivamente pelo benefício próprio eleitoral. Desta forma, os políticos possuem incentivos para manipular as políticas públicas nos períodos próximos às eleições, isso para sinalizar ao público a sua competência e aumentar chances de re-eleição.

O segundo ciclo pode ser definido como controle político onde é enfatizada a idéia de que as eleições funcionam como instrumento disciplinador do comportamento dos governantes. As eleições estimulam os políticos a demonstrarem competência,

conforme ressaltam os modelos de ciclos políticos, mas por outro lado, atuam como instrumentos de controle no sentido de limitar a manipulação oportunista das políticas.

No primeiro modelo, assume-se que o eleitorado é míope e que os políticos buscam apenas maximizar seus votos, e assim, em anos eleitorais buscariam incrementar a produção e diminuir o nível de desempregos para tentar obter um melhor resultado nas eleições. Já nos anos seguintes às eleições, esses políticos utilizariam todas as ferramentas para tentar desestimular a economia e diminuir expectativas inflacionárias, permitindo uma nova manipulação no próximo ano eleitoral. Já no segundo modelo, os autores identificam um problema de risco moral uma vez que há informação imperfeita em relação ao comportamento dos políticos. Deste modo, eles terão estímulos para agir em prol dos mesmos, ao invés do interesse da população.

Por outro lado, a literatura ainda busca estabelecer uma relação entre gastos públicos e características do gestor, contudo eles não englobam dados profissionais e educacionais do mesmo (Nakaguma e Bender, 2006; Sakurai, 2005, 2007 e 2009; Sakurai e Menezes, 2008, 2011; Veiga e Veiga, 2007; Videira e Mattos, 2011). Esses trabalhos controlam pela ideologia do partido do gestor ou do fato do partido do mesmo ser igual a do governador ou presidente na performance fiscal. Diferente deste trabalho, eventualmente, o nível educacional, medido pelos anos de escolaridade, é considerado.

Nakaguma e Bender (2006) investigam o ciclo político dos estados brasileiros e para isso, fazem uso de variáveis como as citadas acima. Os autores analisam o impacto da emenda da reeleição e da implementação da lei de responsabilidade fiscal sobre os ciclos políticos orçamentários e também na performance fiscal dos estados brasileiros. Para isso, comparam como essas duas variáveis afetam a receita, despesa e despesa por função de cada estado. O interessante é que foram utilizadas informações da ideologia dos governantes entre as variáveis de controle. Os resultados mostram que o fato de um governante pertencer a um partido de esquerda ou de direita não influi de maneira relevante no comportamento fiscal dos estados, com apenas duas exceções. Administrações de esquerda possuem receitas tributárias e gastos com educação significativamente maiores, respectivamente 11,8% e 18,1% superiores. Ainda sob a ótica de reeleição, Sakurai e Menezes (2008) encontram que maiores gastos durante o mandato em prefeituras brasileiras aumentam a probabilidade de reeleição dos prefeitos, especificamente, uma maior despesa de

capital nos anos que precedem a eleição e maiores gastos correntes em anos eleitorais também é benéfico para prefeitos que busquem se reeleger.

Em outro trabalho, os mesmos autores (Sakurai e Menezes, 2011) testam a hipótese da existência de ciclos políticos e partidários para municípios brasileiros. Os autores encontram resultados já observados em outros estudos que mostram um aumento nas despesas gerais e uma redução dos gastos com investimentos nos anos eleitorais, uma vez que investimentos levam um tempo até terem algum retorno para a população. Os autores encontram que a ideologia dos prefeitos é importante para explicar os gastos municipais. Os prefeitos esquerdistas tendem a gastar menos do que os pertencentes a partidos centrais. Ainda, quando há um alinhamento entre prefeito e governador os gastos municipais são reduzidos, possivelmente porque o estado substitui os gastos que seriam feitos pelo município, tornando as despesas locais menores. Nesse trabalho observa-se que mais informações referentes ao gestor público são utilizadas, como ideologia e alinhamento com o governo do estado. Porém, devem existir ainda mais informações exclusivas dos prefeitos que poderiam afetar as estimações. Sakurai (2009) testa a mesma hipótese em municípios paulistas, e encontra evidências de ciclos eleitorais apenas nas funções de saúde, saneamento, habitação, urbanismo, transportes, assistência e previdência. O autor observa também uma influência de diferentes partidos na maneira em que os recursos são alocados dentre diferentes funções, por exemplo, os resultados indicam que partidos de esquerda e direita gastam mais nas funções de saúde e saneamento, enquanto que tem menores despesas com habitação e urbanismo, educação e cultura. Ainda examinando municípios paulista Sakurai e Gramaud (2007) encontram evidências de que alguns partidos estão associados a maiores gastos em determinadas funções. Por exemplo, os autores observam que o PFL é o partido que mais investe, enquanto que o PTB, PPB/PDS e PMDB são aqueles que mais dependem recursos em transferências correntes. Em outro trabalho utilizando dados de municípios paulistas Sakurai (2005), o autor apresenta evidências de um aumento na despesa orçamentária em anos eleitorais, além de não observar evidências de racionalidade dos eleitores, assim como seria esperado pela teoria de ciclos eleitorais racionais.

Nessa mesma linha, Veiga e Veiga (2007) encontram evidências de ciclos oportunistas nos municípios portugueses. Os autores observam que os gastos aumentam nos anos eleitorais, mais especificamente, os gastos em itens que são mais visíveis ao eleitorado. Eles concluem também que apesar de todos os prefeitos

se comportarem de maneira oportunista, os de esquerda aumentam, em média, mais seus gastos do que os de direita nos anos anteriores às eleições. Esses resultados mostram que os políticos portugueses tentam sinalizar uma competência previamente às eleições para que suas chances de se re-elegerem sejam maiores.

Videira e Mattos (2011) tentam identificar se existe interação espacial para gastos municipais se baseando no modelo tradicional de ciclos políticos eleitorais. Eles buscam identificar um ciclo político eleitoral através de efeitos das microrregiões que os municípios estão inseridos. Os autores analisam gastos com investimentos, saúde e educação. Nas suas estimações, eles também incluem informações da ideologia dos governantes entre as variáveis de controle. Os resultados obtidos mostram que a informação de ideologia não foi significativa para explicar os gastos com investimento e educação. Já para despesas com saúde, foi identificado que gestores de partidos de esquerda gastam mais, em média R\$ 1,04 per capita.

Apesar de não fazer nenhuma relação com gastos Levitt (1996) tenta entender como as decisões dos senadores americanos são tomadas e estima os pesos que os senadores dão para os possíveis determinantes de suas escolhas na aprovação de leis nos Estados Unidos. O autor considera que os senadores levam em conta quatro pontos antes de votar a favor ou contra alguma lei. Ele pode considerar os desejos dos seus eleitores, ou de um grupo específico dentro do seu eleitorado, a pressão de líderes dos seus partidos e a sua própria ideologia. Os resultados encontrados mostram que os dois primeiros fatores, que são relacionados a desejos do eleitorado do senador ou parte dele, seriam responsáveis por 20% a 30% dessa escolha. O coeficiente referente a pressões de líderes do partido é o mais instável entre especificações variando de 2% a 25%. Por fim, a ideologia dos legisladores americanos é o fator mais importante para explicar como os mesmos tomam suas decisões de apoiar ou não a aprovação de uma lei específica. Esse fator tem um peso que varia de 50% a 70%, dependendo da especificação do modelo. Dado que a ideologia é o mais importante preditor do padrão de escolha dos senadores, há uma implicação de que os mesmos dão muito valor às próprias opiniões na decisão dos seus votos.

Na mesma linha de trabalho de Levitt, outros estudos foram feitos. Carnes (2012) estudou a relação entre o background dos legisladores norte-americanos e as suas decisões no congresso americano. Ele busca entender se eles promovem o interesse das suas classes sociais em detrimento das necessidades de outros grupos.

Esse questionamento parte de uma hipótese do autor de que as antigas profissões e as classes sociais dos formadores de políticas têm conseqüências relevantes nas suas escolhas. Os resultados obtidos mostram que aqueles que tinham carreiras “pró-lucro”, como latifundiários, *business people*, e outros profissionais do setor privado, votavam de maneira mais conservadora do que legisladores que vieram da classe operária. Enquanto que políticos, advogados e provedores de serviços não concentravam seus votos em nenhum dos lados. O estudo corrobora que há uma relação entre características passadas desses políticos com o seu comportamento no congresso.

Já Gohlman e Vaubel (2005) buscam estimar o efeito do background educacional e profissional de banqueiros centrais de diversos países na inflação praticada nos mesmos. Os autores classificam as antigas profissões dos banqueiros centrais entre: banqueiros, executivos de seguradoras, *businessmen*, acadêmicos, funcionários do banco central, sindicalistas, ministros, servidores civis e políticos. Os resultados mostram que dentre essas profissões aquelas que tentam ter um controle maior da inflação são: funcionários do banco central, banqueiros e *businessmen*, nessa ordem. Já os sindicalistas e políticos são aqueles que menos se preocupam em ter a inflação controlada. Os efeitos do background educacional são bem menos robustos, somente tendo algum efeito quando o banco central é dependente e a taxa de câmbio é fixa. Nesse caso, estudantes de direito tem uma preferência para taxas de inflação maiores, enquanto estudantes de administração buscam um controle maior da inflação, maior até do que estudantes de economia. Esse trabalho é mais um que encontra evidências do impacto do background no comportamento de um político.

Mais relacionado ao nosso estudo, Dreher, Lamla, Rupprecht e Somogyi (2006) buscam testar se o background educacional e profissional dos presidentes importa na implantação de reformas institucionais. Os autores possuem algumas hipóteses em relação às profissões dos governantes, por exemplo, eles acreditam que pesquisadores devem ser melhores em analisar e entender problemas econômicos complexos, já o conhecimento prévio de um político pode afetar a probabilidade de realizar escolhas socialmente ótimas. Enquanto que sindicalistas e empresários devem possuir um viés em direções opostas. Além disso, apontam que o background profissional e educacional pode ser interpretado como um sinal aos lobistas. Essas informações podem sugerir a esse lobista se tal governante será mais ou menos

influenciado por ele. Isso poderia reduzir a pressões de grupos de lobistas, e assim aumentando o bem estar social de um país.

Além dessas, outras hipóteses serão testadas: a primeira é de que a especialidade de cada governante deve ser positivamente relacionada com a realização de reformas. Eles acreditam que, por exemplo, economistas têm mais chances de reduzir tributações distorcidas e custos com peso morto do que um político de qualquer outra profissão. A segunda é de que as reformas dependem da experiência no cargo do governante. Os autores acreditam que reformas não devem ocorrer no início de um mandato, e que são mais prováveis de ocorrer quanto mais tempo no poder o governante estiver. A última hipótese que foi testada é que o impacto do background do governante depende da inclinação política de seu partido. Os autores argumentam que essas informações são relevantes na decisão de qual partido participar. Alguns tipos de profissão têm uma chance maior de entrar em partidos de esquerda, ou de direita. Segundo os autores, economistas têm menor chance de serem de partidos de esquerda, e assim, o impacto positivo de economistas em reformas pode refletir o impacto de partidos centrais ou de direita. Para verificar essas hipóteses, os autores utilizam dados de 34 países e tentam explicar as reformas que ocorreram nessas economias através das informações do background dos seus governantes. Os resultados corroboram a maioria das hipóteses, em relação à primeira hipótese os autores encontram que há uma maior chance de reformas ocorrerem quando o governante tem experiência profissional com empresas ou ciências. Ainda, políticos com formação em ciências naturais são mais pró-reformas do que outras formações. Esses resultados confirmam a hipótese de que a especialidade do governante é importante para a realização de reformas. Já para a segunda hipótese, é encontrado que o impacto do tempo no cargo é negativo, ou seja, quanto maior a experiência do governante menos reformas devem ser implantadas. Por último, é observado que há um impacto de que governantes de partido de esquerda. Controlando por uma variável que indica se o governante pertence a um partido de esquerda, conclui-se que o efeito positivo do background profissional empresarial é ainda maior quando esse governante é de um partido esquerdista. Os autores concluem que isso deve ocorrer pelo fato de anúncios de reformas serem mais críveis quando são formuladas por aqueles que não são esperados que a façam. Dessa maneira, reformas que favorecem a liberalização da economia devem ser mais fáceis de serem realizadas por governantes de esquerda. O estudo trouxe muitos



insights para a realização dessa dissertação, principalmente porque é um dos poucos estudos encontrados que utilizam características referentes à profissão e educação dos governantes para tentar explicar como eles se comportam em seus mandatos.

Outros autores investigam a relação entre as decisões tomadas por esses formadores de políticas e algumas de suas características pessoais, como por exemplo: terem servido no exercito (Gelpi e Feaver, 2002), ou terem tido filhos do sexo feminino (Washington, 2008). As evidências encontradas nesses trabalhos mostram que características pessoais influenciam os legisladores em suas tomadas de decisão. No primeiro trabalho, os autores examinam o impacto da presença de veteranos de guerras na elite dos legisladores na propensão dos Estados Unidos iniciarem ou intensificarem disputas militares. Eles encontram que quanto maior a proporção de legisladores com experiência militar, menor a probabilidade de o país iniciar uma guerra. Contudo, se a disputa já tiver sido iniciada, maior deverá ser o nível de força utilizada na mesma. Mais uma vez mostrando que características específicas dos políticos afetam suas decisões profissionais. No segundo, Washington (2008) encontra que, condicionando pelo número de filhos, ter uma filha mulher aumenta a propensão o legislador votar favoravelmente a questões femininas, mais especificamente, direitos reprodutivos.

Através de todos esses estudos observa-se que há evidências de que um estudo que tenta explicar a composição dos gastos municipais utilizando o background profissional e educacional é bastante relevante, dado que essa relação foi observada para diversos políticos, como legisladores, senadores e banqueiros centrais.

Muitos outros trabalhos buscam evidências de que existem diferenças significantes na formação de políticas feitas por mulheres, em relação àquelas feitas por homens. Chattopadhyay e Duflo (2001) chegam a resultados interessantes a partir de um experimento aleatório na Índia. No experimento, um terço de todas as posições de chefes dos conselhos dos *villages* de West Bengal passou a ser reservado para serem ocupados por mulheres. A cada nova eleição a escolha de quais *villages* que seriam reservados para mulheres era feita de maneira aleatória, mas garantindo que sempre haveria pelo menos um terço de mulheres chefiando os *villages*. Dessa maneira, puderam ser feitas comparações na formação de políticas dos chefes de conselhos, fossem eles homens ou mulheres. As autoras ainda fizeram uma série de

perguntas para os governantes sobre seu background educacional e político, ambições políticas e sobre atividades feitas em seus mandatos. Questionaram também os habitantes dos *villages* quanto aos recursos disponíveis, equipamentos que foram construídos ou reparados, e àqueles mais ativos, coletaram informações referentes aos investimentos realizados durante os mandatos. As evidências encontradas mostram que o gênero do governante afeta o tipo de bem público oferecido. Houve significativamente maiores investimentos em equipamentos para prover água potável, construções de estradas e projetos para trabalho intensivo (construção de canais de irrigação e bueiros) nos *villages* comandados por mulheres. Os investimentos em equipamentos para prover água potável nesses *villages* foram quase o dobro em relação àqueles chefiados por homens. Adicionalmente, as principais estradas tinham 20% mais chances de terem sido reparadas nas áreas governadas por mulheres. Por outro lado, houve menos investimento na educação informal para crianças nesses *villages*, os homens tendem a investir mais com esse tipo de gasto. As autoras atrelam esse resultado ao fato de que, na média, essas mulheres serem menos educadas que os homens. Esses resultados sugerem que a identidade dos governantes pode ter efeitos significativos nas políticas realizadas pelos mesmos, e dessa forma qualquer mecanismo que afete essa identidade pode alterar as decisões políticas tomadas.

Em trabalho semelhante ao de Chattopadhyay e Duflo, também realizado na Índia, Pande (2003) busca encontrar evidências de que reservas políticas podem influenciar as minorias. No caso desse estudo, as reservas não são feitas para mulheres, mas para castas e tribos específicas. Na Índia os indivíduos pertencentes a esses dois grupos, que juntos representam 24% da população, são socialmente e economicamente desfavorecidos. O motivo por trás da reserva de cargos em algumas jurisdições para certas castas está no sistema de castas que marginaliza alguns indivíduos que pertencem a castas consideradas inferiores. Já algumas tribos têm altos índices de pobreza devido a sua isolamento geográfica combinada com a dependência de uma agricultura de subsistência. Os resultados mostram que o impacto de reservas para castas é bastante diferente de reservas para tribos. Aumentos na reservas para tribos estão associados positivamente com gastos totais dos estados (onde essas tribos estão inseridas) e gastos com políticas assistencialistas, e negativamente com gastos com educação. Para um aumento de

1% nas reservas para tribos, há um aumento de 0.4% dos gastos totais, 0.8% dos gastos com políticas assistencialistas e uma redução de 0.4% nos gastos com educação. Outras relações foram observadas para na presença de reservas para castas, o autor encontra que não há uma relação entre essas reservas e gastos totais e gastos com políticas assistencialistas. Encontrou algum tipo de relação com cotas de emprego, para um aumento de 1% nas reservas para castas, há um aumento de 0.6% nas cotas de emprego, o que não ocorre para as reservas de tribos. O trabalho é bastante interessante por prover evidências de que um aumento na representação política das minorias desfavorecidas pode permitir uma maior influência desse público no processo de formação de políticas.

Saltzstein (1986) também estuda os efeitos do gênero ao analisar o impacto que prefeitas têm sobre o emprego feminino público nos seus municípios. A autora acredita que prefeitas mulheres podem exercer alguma influência na representação feminina na força de trabalho nos seus municípios. Elas se baseiam na informação de que ela possui poderes para demandar que ocorram mudanças nas funções do sistema de pessoal para eliminar as barreiras na contratação ou na promoção de mulheres. Além disso, acreditam que mesmo que essa influência não ocorra de maneira direta, somente o fato de ter uma mulher no poder do município pode afetar as mulheres a se exporem mais nos seus cargos ou até mesmo se candidatar para cargos que na presença um prefeito do sexo masculino não o fariam. Utilizando dados de 1975 e 1980 de cidades americanas que empregavam de 500 a 10.000 indivíduos foi criada uma variável para medir o impacto da presença de prefeitas sobre o emprego feminino nos municípios. A variável é a paridade do emprego municipal, que pode ser descrita como:

$$\text{Paridade do emprego municipal} = \frac{\% \text{ de empregos municipais ocupados por mulheres}}{\% \text{ de mulheres na força de trabalho local}}$$

Caso essa variável seja igual a um, significa que a representação feminina na força de trabalho municipal é exatamente igual a representação das mulheres na força de trabalho local. Um valor maior do que um indica uma super-representação e menor do que um, uma sub-representação. A autora encontra um impacto forte da presença de prefeitas em termos de mudanças na paridade do emprego municipal no período

de 1975 a 1980. A informação de existir um governante do sexo feminino foi o preditor com maior nível de significância para explicar as mudanças na paridade. Mostrando novamente a importância da informação do gênero nos feitos durante o mandato do governante.

Alguns trabalhos buscam encontrar diferenças entre homens e mulheres na criação de leis estaduais e federais. Thomas (1991) busca investigar as diferenças entre legisladores do sexo masculino e feminino nas suas prioridades em aprovações das leis em seus estados. Nos estados com uma maior presença de legisladoras (maior do que 20%), houve uma maior priorização às leis referentes a questões femininas, infantis e familiares. Ainda em relação a esses assuntos que são mais priorizados pelas legisladoras, a taxa de sucesso de aprovação das leis propostas por elas é o dobro em relação às aprovadas por homens. Ou seja, quando são legisladores do sexo feminino que priorizam leis referentes a questões femininas, infantis ou familiares, as mesmas são em média mais aprovadas. Enquanto os homens aprovam 13% dessas leis, as mulheres atingem uma taxa de aprovação de 29%. Em outro trabalho da mesma autora com Welch (Thomas e Welch, 1991), utilizando a mesma base de dados, elas encontram que os homens depositam suas prioridades em leis econômicas ou relacionadas a negócios. Ainda, encontram que as mulheres têm uma menor probabilidade de serem presidentes de comitês de negócios.

Já Schwindt-Bayer (2006) realiza estudo parecido com informações de países latino americanos ao examinar o efeito do gênero do legislador na sua postura e na priorização na criação de leis. A autora defende que o gênero pode influenciar esses campos, porém esse efeito deve variar entre áreas temáticas. Ela acredita que as mulheres não enxergam mais os seus papéis políticos como uma extensão do que exerciam como mães e esposas, e assume que em várias áreas elas devem ter as mesmas preferências que os homens. Contudo, em assuntos familiares, infantis e relacionados a igualdade entre gêneros essas diferenças deve aparecer. Schwindt-Bayer conduziu uma pesquisa com legisladores na Argentina, Colômbia e Costa Rica para obter quais eram as prioridades dos mesmos em diferentes áreas políticas, além de obter informações do background desses parlamentares. Essas áreas compreendiam igualdade entre gêneros, questões infantis e familiares, educação, saúde, economia, agricultura e emprego. Os resultados obtidos mostram que, como esperado, os legisladores do sexo feminino consideravam que as áreas de igualdade

entre gêneros e questões infantis e familiares mais prioritárias do que os homens. Por outro lado, a prioridade dos homens eram agricultura e emprego.

Informações prévias às candidaturas poderiam ser relevantes para entender o comportamento dos governantes durante seus mandatos. Nesse trabalho, Carrol e Sanbonmatsu (2009) estudam as motivações dos políticos em se candidatar para determinados cargos. Elas avaliam as diferenças entre homens e mulheres em relação à decisão de serem candidatos a cargos no senado e na câmara nos Estados Unidos. As autoras encontram que há uma probabilidade maior de mulheres terem escolhido se candidatarem por meio de um recrutamento, seja de políticos ou de organizações. Já para os homens, há uma maior chance da decisão de concorrerem a esses cargos ter vindo deles mesmos, sem uma intervenção externa. Por esse motivo, elas concluem que recrutamentos insuficientes de todos os tipos de fontes pode ser o principal motivo para a estagnação da representatividade das mulheres no senado e câmara nos Estados unidos durante a última década.

Assim como o gênero parece explicar o comportamento dos legisladores durante seu mandato, ele também pode afetar a decisão de abandonar o congresso. Nesse trabalho Lawless e Theriault (2005) estudam como o gênero do parlamentar pode influenciar a sua decisão de se aposentar dos cargos de senador ou de deputado. Os autores encontram que mesmo quando as mulheres chegam a cargos altos no congresso americano, elas permanecem neles por menos tempo do que os homens, em grande parte, pois elas têm uma chance 40% maior do que os homens de se aposentar quando a sua habilidade de influenciar o processo legislativo estagna. Eles concluem que essas legisladoras se aposentam mais rapidamente quando sentem que não contribuem mais de maneira ativa no processo de formulação de políticas.

De maneira similar com aqueles estudos utilizando background profissional e educacional, os estudos que aproveitam o gênero como variável explicativa para tentar explicar atitudes dos governantes são bastante relevantes e suportam a decisão de utilizar essa informação para explicar como os gastos dos municípios são compostos. Todos esses estudos reforçam a importância de utilizar informações pessoais, sejam elas referentes à profissão, educação ou gênero, para tentar explicar o comportamento dos mesmos. E isso deve valer também para os prefeitos brasileiros na tentativa de explicar a composição dos gastos dos municípios.

### **3. Dados**

A fim de identificar uma relação entre a composição dos gastos dos municípios brasileiros e características dos seus prefeitos, consideramos os seguintes dados abaixo.

#### **3.1 Informações obtidas pelo Tribunal Superior Eleitoral**

Informações sobre os prefeitos de cada cidade brasileira e suas características pessoais foram encontradas através do tribunal superior eleitoral. Foram obtidas as seguintes informações por município: nome do prefeito, idade no ano da eleição, sexo, estado civil, escolaridade, ocupação anterior, município de nascimento, estado de nascimento e partido. Para analisar as ocupações anteriores dos prefeitos, elas foram divididas em 10 grupos: administradores, direito e ciências sociais, profissionais da saúde, biológicas, servidores públicos, políticos, exatas, educadores, outros e sem informação. Todas as informações são obtidas para as eleições de 1996, 2000, 2004 e 2008.

#### **3.2 Informações obtidas pelo tesouro nacional**

Informações das despesas dos municípios brasileiros dos anos de 1997 até 2010. A base segmenta as despesas em funções: legislativa, judiciária, essencial à justiça, administração, defesa nacional, segurança pública, relações exteriores, assistência social, previdência social, saúde, trabalho, educação, cultura, direitos da cidadania, urbanismo, habitação, saneamento, gestão ambiental, ciência e tecnologia, agricultura, organização agrária, indústria, comércio e serviços, comunicações, energia, transporte, esporte e lazer e encargos especiais. As funções que concentram a maioria dos gastos são educação, saúde, urbanismo, administração e transporte. Juntos esses gastos representam em torno de 80% dos gastos em todos os anos analisados.

#### **3.3 Variáveis de controle**

Foram coletadas diversas variáveis de controle, referentes ao prefeito eleito e também ao município. As variáveis com informações relacionadas ao prefeito foram as seguintes: sexo, estado civil, ideologia política e idade. Já as informações relacionadas aos municípios, temos: PIB municipal per capita, investimento,

quantidade de internações hospitalares, percentual de jovens (até 19 anos), percentual de mulheres, percentual de idosos (a partir de 60 anos) e quantidade de escolas. Além dessas variáveis incluímos *dummies* que indicam se os gastos em questão foram realizados no primeiro, segundo, terceiro ou quarto ano do mandato. É importante lembrar que todas essas informações foram coletadas para os anos 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010. As tabelas 1 e 2 abaixo apresentam as estatísticas descritivas.

**Tabela 1: Estatísticas descritivas dos municípios**

ANO	Gasto total per capita	% Gasto com educação	% Gasto com saúde	% Gasto com urbanismo	% gasto com administração	% gasto com transporte
1997	331.64	26.6%	15.3%	10.2%	23.8%	8.3%
1998	479.41	31.9%	16.0%	9.8%	19.4%	7.5%
1999	516.63	33.0%	16.4%	9.1%	19.6%	7.1%
2000	547.96	33.9%	17.4%	9.1%	18.1%	6.6%
2001	636.93	34.4%	18.4%	8.3%	18.8%	5.8%
2002	713.61	29.2%	20.6%	9.9%	17.4%	5.6%
2003	755.00	30.1%	21.4%	8.2%	17.4%	5.2%
2004	862.04	29.5%	21.8%	8.3%	17.4%	4.9%
2005	983.37	30.0%	22.9%	7.8%	18.3%	4.9%
2006	1154.86	29.5%	23.6%	8.9%	16.7%	4.8%
2007	1290.43	30.1%	23.3%	8.7%	16.6%	4.6%
2008	1540.38	29.5%	23.2%	10.4%	15.6%	5.1%
2009	1555.95	30.7%	23.8%	8.5%	16.8%	4.1%
2010	1828.86	30.6%	23.6%	9.6%	15.8%	4.5%

*Fonte: elaboração dos autores*

**Tabela 2: Estatísticas descritivas dos prefeitos**

	ano eleição:	1996	2000	2004	2008
Partido de esquerda		14.7%	14.6%	20.3%	21.7%
Partido de centro		48.5%	58.8%	46.1%	56.9%
Partido de direita		36.9%	26.6%	33.6%	21.4%
Ocupação - administração		10.7%	5.2%	26.4%	24.1%
Ocupação - direito e ciências sociais		3.8%	4.9%	4.8%	3.9%
Ocupação - profissionais de saúde		7.9%	10.3%	9.7%	7.9%
Ocupação - biológicas		11.7%	2.4%	18.1%	13.3%
Ocupação - servidores públicos		6.5%	8.7%	10.6%	7.3%
Ocupação - políticos		0.1%	6.0%	7.4%	26.6%
Ocupação - exatas		2.3%	3.4%	3.8%	2.3%
Ocupação - educadores		3.0%	4.2%	5.2%	4.4%
Ocupação - outros		20.1%	50.5%	11.3%	8.5%

Ocupação - sem informação	33.7%	4.4%	2.9%	1.8%
Escolaridade - Lê e escreve	1.8%	2.0%	1.5%	0.9%
Escolaridade - 1o. Grau incompleto	11.5%	13.5%	11.5%	9.4%
Escolaridade - 1o. Grau completo	7.3%	9.9%	7.3%	7.5%
Escolaridade - 2o. Grau incompleto	4.0%	5.1%	4.3%	3.7%
Escolaridade - 2o. Grau completo	13.6%	23.6%	25.9%	26.6%
Escolaridade - Superior incompleto	3.6%	6.9%	6.8%	6.7%
Escolaridade - Superior completo	24.6%	38.9%	41.8%	45.2%
Escolaridade - sem informação	33.6%	0.0%	1.0%	0.0%
Sexo masculino	95.1%	94.3%	92.4%	91.0%
Sexo feminino	4.9%	5.7%	7.6%	9.0%

*Fonte: elaboração dos autores*

#### 4. Metodologia

Para investigar como a ocupação e escolaridade dos prefeitos afeta os gastos em seus municípios, utilizou-se o método econométrico de dados em painel. A geral especificação é a seguinte:

$$y_{it} = \beta_1 \cdot x_{1t} + \beta_2 \cdot x_{2t} + \beta_3 \cdot x_{3t} + \dots + \beta_k \cdot x_{kt} + u_{it} \quad (1)$$

Sendo que os erros podem ser decompostos da seguinte forma:

$$u_{it} = a_i + v_{it} \quad (2)$$

$a_i$  é o efeito idiossincrático do município  $i$  constante ao longo do tempo;

$v_{it}$  é o ruído para cada município  $i$ , no instante de tempo  $t$ ;

$\beta_j$  são os coeficientes angulares correspondente a cada variável  $x_{kit}$ ;

$y_{it}$  representa no modelo 1 o gasto total municipal per capita. Nos modelos 2 a 6 representam a participação de gastos específicos. No modelo 2 focamos em gastos com educação, no modelo 3 - gastos com saúde, no modelo 4 - gastos com urbanismo, no modelo 5 - gastos com administração, enquanto que no último modelo representa gastos com transporte.

Temos duas principais variáveis de interesse: *dummies* de ocupação e *dummies* de background educacional.



Nesse estudo foi realizado o modelo de efeitos fixos, que assume que o efeito individual que é constante ao longo do tempo está correlacionado com as variáveis explicativas.

São estimados diferentes modelos para investigar como a ocupação e a escolaridade afetam os gastos municipais. Num primeiro momento, é feita uma tentativa de explicar os gastos totais per capita de cada município através de informações prévias dos prefeitos. O primeiro modelo utiliza, então, informações de ocupação e de escolaridade do seu respectivo prefeito, além de variáveis e de controle do município. Outro interesse de estudo é entender como essas informações prévias dos prefeitos podem afetar gastos municipais específicos. Assim, são realizadas regressões para tentar estimar percentual gasto em cinco diferentes áreas. Foram selecionadas as áreas que representam os maiores gastos: educação, saúde, urbanismo, administração e transporte. Ao todo, foram estimados cinco modelos onde a variável resposta foi o percentual gasto com cada uma dessas áreas sobre o gasto total de cada município. As variáveis explicativas utilizadas foram informações prévias da ocupação dos prefeitos além de outras variáveis de controle.

## **5. Resultados**

As tabelas abaixo mostram os resultados dos modelos. Para todos os modelos foram feitas cinco especificações, na primeira foram utilizadas informações do primeiro ano de mandato dos prefeitos, ou seja, as informações referentes aos municípios são dos anos 1997 (para os prefeitos eleitos em 1996), 2001 (para os prefeitos eleitos em 2000), 2005 (para os prefeitos eleitos em 2004) e 2009 (para os prefeitos eleitos em 2008). A segunda especificação utiliza informações do segundo ano de mandato dos prefeitos, ou seja, as informações referentes aos municípios são dos anos 1998 (para os prefeitos eleitos em 1996), 2002 (para os prefeitos eleitos em 2000), 2006 (para os prefeitos eleitos em 2004) e 2010 (para os prefeitos eleitos em 2008). A terceira especificação utiliza informações do terceiro ano de mandato dos prefeitos, ou seja, as informações referentes aos municípios são dos anos 1999 (para os prefeitos eleitos em 1996), 2003 (para os prefeitos eleitos em 2000), 2007 (para os prefeitos eleitos em 2004). A quarta especificação utiliza informações do quarto ano de mandato dos prefeitos, ou seja, as informações referentes aos municípios são dos anos 2000 (para os prefeitos eleitos em 1996), 2004 (para os prefeitos eleitos em

2000), 2008 (para os prefeitos eleitos em 2004). E a quinta especificação utiliza informações de todos os anos dos mandatos e inclui *dummies* do ano do mandato. Em todos os modelos a *dummy* de ocupação omitida foi a de políticos, e a *dummy* de escolaridade omitida foi categoria dos que apenas lêem e escrevem.

**Tabela 3 – Resultados do modelo (1) de gasto municipal per capita - informação de ocupação dos prefeitos**

Variável dependente	Especificação 1		Especificação 2		Especificação 3	
	Gasto total per capita					
Variáveis independentes	coeficiente/erro padrão					
Ocupação - administração	-2.19	7.96	4.00	8.62	-8.44	13.25
Ocupação - direito e ciências sociais	0.09	11.09	21.48*	12.21	5.41	16.01
Ocupação - profissionais da saúde	0.44	9.34	8.38	10.51	-2.46	14.20
Ocupação - biológicas	16.13	11.75	19.32*	11.64	15.77	15.23
Ocupação - servidores públicos	3.08	9.31	11.31	10.41	3.99	15.96
Ocupação - exatas	10.13	13.06	13.45	15.29	10.23	15.78
Ocupação - educadores	5.39	12.62	-5.22	14.76	22.17	21.05
Ocupação - outros	1.97	7.93	4.63	8.85	-6.58	13.59
Escolaridade - 1o. Grau incompleto	-23.19	18.99	-42.09*	22.82	-0.75	15.92
Escolaridade - 1o. Grau completo	-14.87	19.35	-35.58	24.39	-5.91	16.85
Escolaridade - 2o. Grau incompleto	-12.99	19.91	-16.31	23.66	-5.56	17.83
Escolaridade - 2o. Grau completo	-18.10	19.14	-33.76	22.57	7.41	15.76
Escolaridade - Superior incompleto	-24.02	20.36	-40.31*	24.33	11.34	18.74
Escolaridade - Superior completo	-12.39	18.67	-28.49	22.81	2.80	16.23
Sexo feminino	17.21*	10.14	10.56	10.87	13.63	11.24
Partido: Esquerda	-17.31**	7.301	-11.49	7.58	-9.41	7.209
Partido: Centro	-16.15**	6.38	-14.17**	5.96	-7.39	5.740
Estado civil - casado	-1.191	6.84	2.35	7.41	18.79*	10.252
Estado civil - divorciado	-8.883	12.469	-19.42	13.96	4.05	16.074
Estado civil - viúvo	0.870	17.742	1.062	14.66	17.29	18.12
Idade	-0.62*	0.32	-0.50	0.32	-0.58**	0.29
Percentual mulheres	2,989.53***	792.96	3,926.57***	821.25	1,337.97	1,067.95
Percentual idosos	2,888.29***	374.89	4,157.40***	544.29	4,210.26***	665.24
Percentual jovens	1,369.29***	307.61	1,783.29***	336.18	-683.26*	357.76
Quantidade de internações per capita	-67.506	95.986	-100.420	96.173	340.14	404.54
Investimento per capita	1.49***	0.10	1.33***	0.14	1.39***	0.09
Quantidade de escolas per capita	404.859	4,689.625	16,120.318***	5,341.268	34,131.983*	18,084.492
PIB municipal per capita					26.27***	6.14
Constante	-2,035.66***	369.15	-2,775.45***	408.91	-600.79	574.30
Número de observações	11,344		10,981		7,949	

R2	0.878	0.890	0.845
R2 ajustado	0.878	0.889	0.845

Nota:\*\*\* p-valor<0.01, \*\* p-valor<0.05, \* p-valor<0.1

Fonte: elaboração dos autores

**Tabela 4 – Resultados do modelo (1) de gasto municipal per capita - informação de ocupação dos prefeitos**

Variável dependente	Especificação 4		Especificação 5	
	Gasto total per capita			
Variáveis independentes	coeficiente/erro padrão			
Ocupação - administração	-18.07	26.71	-3.32	6.72
Ocupação - direito e ciências sociais	-4.11	27.48	9.42	10.17
Ocupação - profissionais da saúde	-6.25	22.27	4.23	8.36
Ocupação - biológicas	59.48	45.40	21.23*	12.85
Ocupação - servidores públicos	12.13	24.31	5.50	8.70
Ocupação - exatas	3.09	28.57	11.31	12.30
Ocupação - educadores	-10.31	27.86	6.11	12.20
Ocupação - outros	25.55	28.78	5.03	8.79
Escolaridade - 1o. Grau incompleto	8.95	24.69	-16.79	15.07
Escolaridade - 1o. Grau completo	-20.21	32.11	-16.94	15.96
Escolaridade - 2o. Grau incompleto	-94.24	100.28	-19.43	22.52
Escolaridade - 2o. Grau completo	4.63	30.96	-13.29	16.05
Escolaridade - Superior incompleto	11.39	31.20	-19.34	17.95
Escolaridade - Superior completo	25.81	24.26	-9.24	15.54
Sexo feminino	102.6	83.79	24.22	15.20
Partido: Esquerda	-3.91	12.72	-13.39*	7.96
Partido: Centro	3.22	7.75	-11.35*	6.04
Estado civil - casado	-29.14	31.17	-0.63	6.81
Estado civil - divorciado	-33.60	30.32	-12.50	11.17
Estado civil - viúvo	22.44	28.19	8.05	16.79
Idade	-0.45	0.64	-0.60**	0.30
Percentual mulheres	-2,918.08	4,716.07	3,369.26***	627.18
Percentual idosos	-1,836.39	2,115.23	3,061.74***	659.24
Percentual jovens	-67.28	541.72	56.98	143.83
Quantidade de internações per capita	-970.93*	566.31	-123.27	268.63
Investimento per capita	3.10**	1.51	1.84***	0.42
Quantidade de escolas per capita	9,701.52	10,897.31	22,662.52***	8,462.83
PIB municipal per capita	11.45	11.18		
Dummy eleição 2000			196.12***	14.17
Dummy eleição 2004			513.45***	31.07
Dummy eleição 2008			867.84***	37.76
Dummy 2o. ano mandato			54.34***	18.01
Dummy 3o. ano mandato			126.44***	7.09

Dummy 4o. ano mandato			193.08***	13.18
Constante	1,970.60	2,523.98	-1,777.18***	317.64
Número de observações	8,066		38,340	
R2	0.595		0.717	
R2 ajustado	0.593		0.717	

Nota:\*\*\* p-valor<0.01, \*\* p-valor<0.05, \* p-valor<0.1

Fonte: elaboração dos autores

As tabelas 3 e 4 mostram a regressão do gasto total per capita em função de variáveis de ocupação e escolaridade dos prefeitos e controles. Analisando o modelo que utiliza apenas informações do primeiro ano de mandato (especificação 1) não é possível dizer que aqueles prefeitos com uma participação em política como ocupação anterior gastam de maneira diferente dos outros prefeitos com diferentes profissões. Isso porque nenhuma das variáveis de ocupação dos prefeitos foi significativa para explicar o gasto total per capita dos municípios. O mesmo ocorre para os modelos que utilizam apenas informações do terceiro (especificação 3) e quarto (especificação 4) anos de mandato.

Contudo, estudando o modelo que utiliza apenas informações do segundo ano de mandato (especificação 2), tem-se que o indivíduo que era político antes de se eleger prefeito gasta, em média, R\$ 21,48 per capita a menos do que os advogados e cientistas sociais e R\$ 19,32 per capita a menos do que os que pertencem ao grupo de biológicas. Quanto à escolaridade, apenas dois grupos foram significantes para explicar o gasto total per capita, as categorias “primeiro grau incompleto” e “superior incompleto” estão associadas, em média, a um gasto per capita menor em relação aos prefeitos que lêem e escrevem, em torno de R\$ 42,09 e R\$ 40,31, respectivamente. Quanto aos controles, tem-se que os prefeitos de partidos de centro estão associados a gastos menores em relação àqueles de partidos de direita, em torno de R\$ 14,17. Também se observa que o percentual de mulheres, idosos e jovens, investimento per capita e quantidade de escolas per capita foram significantes para explicar a variável de interesse, e todas essas variáveis possuem sinais positivos.

Por último, ao analisar o modelo que utiliza informações de todos os anos de mandato (especificação 5), tem-se que o indivíduo que era político antes de se eleger prefeito gasta, em média, R\$ 21,23 per capita a menos do que os que pertencem ao grupo de biológicas. Quanto às variáveis de escolaridade, nenhuma das categorias foi relevante para explicar o gasto total per capita. Observando as variáveis de controle

tem-se que os prefeitos de partidos de centro e esquerda estão associados a gastos menores em relação àqueles de partidos de direita, em torno de R\$ 13,39 e R\$ 11,35, respectivamente. A idade também se mostrou relevante na regressão com parâmetro negativo. E o percentual de mulheres, idosos e jovens, investimento per capita e quantidade de escolas per capita foram significantes para explicar a variável de interesse, e todas essas variáveis possuem sinais positivos. Nessa especificação também temos que o gasto total per capita, em média é crescente ao longo do tempo, ou seja, prefeitos, em média, despendem um valor maior de gastos nos últimos anos e valores menores nos primeiros anos.

**Tabela 5 – Resultados do modelo (2) de percentual gasto com educação - informação de ocupação e escolaridade dos prefeitos**

Variável dependente	Especificação 1		Especificação 2		Especificação 3	
	Percentual gasto com educação					
Variáveis independentes	coeficiente/erro padrão					
Ocupação - administração (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.326	0.200	0.246	0.195	-0.439	0.306
Ocupação - direito e ciências sociais (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.434	0.285	-0.125	0.280	-0.495	0.390
Ocupação - profissionais da saúde (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.282	0.247	0.170	0.236	-0.441	0.341
Ocupação - biológicas (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.144	0.232	-0.102	0.240	-0.522	0.337
Ocupação - servidores públicos (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.273	0.241	0.045	0.248	-0.508	0.362
Ocupação - exatas (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.387	0.360	-0.406	0.332	-0.980**	0.442
Ocupação - educadores (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.433	0.321	-0.035	0.329	-0.513	0.431
Ocupação - outros (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.195	0.210	0.084	0.214	-0.691**	0.297
Escolaridade - 1o. Grau incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.117	0.549	-0.005	0.673	-0.404	0.611
Escolaridade - 1o. Grau completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.387	0.557	0.219	0.686	-0.427	0.639
Escolaridade - 2o. Grau incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.320	0.614	-0.071	0.731	-0.733	0.694
Escolaridade - 2o. Grau completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.106	0.547	0.231	0.675	-0.326	0.616
Escolaridade - Superior incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.386	0.589	-0.158	0.710	-0.370	0.667
Escolaridade - Superior completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.118	0.552	0.194	0.676	-0.497	0.633
Sexo feminino (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.250	0.255	0.296	0.274	0.426	0.323
Partido: Esquerda (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.156	0.173	0.297*	0.175	0.164	0.201

Partido: Centro (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.189	0.140	0.208	0.143	0.243	0.157
Estado civil - casado (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.120	0.193	0.783***	0.187	0.220	0.238
Estado civil - divorciado (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.121	0.341	0.682**	0.319	-0.408	0.371
Estado civil - viúvo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.119	0.245	-0.323	0.244	-0.457	0.328
Idade (valores multiplicados por 10 <sup>3</sup> )	-0.044	0.069	0.023	0.073	-0.059	0.082
Percentual mulheres	-0.246	0.180	0.284*	0.155	0.129	0.197
Percentual idosos	-1.098***	0.073	-1.045***	0.086	-0.385***	0.095
Percentual jovens	-0.216***	0.078	-0.271***	0.062	0.059	0.086
Quantidade de internações per capita (valores multiplicados por 10)	0.584***	0.216	-0.035	0.216	-0.042	0.259
Investimento per capita (valores multiplicados por 10 <sup>3</sup> )	-0.100***	0.011	-0.084***	0.013	-0.125***	0.016
Quantidade de escolas per capita	-1.001	0.856	1.645	1.022	0.326	1.305
PIB municipal per capita (valores multiplicados por 10 <sup>4</sup> )					0.840	2.153
Constante	0.580***	0.098	0.380***	0.077	0.286***	0.100
Número de observações	11,344		10,981		7,949	
R2	0.293		0.139		0.146	
R2 ajustado	0.292		0.136		0.143	

Nota:\*\*\* p-valor<0.01, \*\* p-valor<0.05, \* p-valor<0.1

Fonte: elaboração dos autores

**Tabela 6 – Resultados do modelo (2) de percentual gasto com educação - informação de ocupação e escolaridade dos prefeitos**

Variável dependente	Especificação 4		Especificação 5	
	Percentual gasto com educação			
Variáveis independentes	coeficiente/erro padrão			
Ocupação - administração (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.190	0.372	0.133	0.143
Ocupação - direito e ciências sociais (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.603	0.474	-0.093	0.194
Ocupação - profissionais da saúde (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.311	0.432	0.046	0.173
Ocupação - biológicas (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.066	0.406	-0.134	0.164
Ocupação - servidores públicos (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.379	0.428	0.018	0.178
Ocupação - exatas (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-1.262**	0.522	-0.536**	0.241
Ocupação - educadores (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-1.186**	0.512	-0.072	0.229
Ocupação - outros (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.466	0.382	-0.069	0.146
Escolaridade - 1o. Grau incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.206	0.789	-0.043	0.410
Escolaridade - 1o. Grau completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.169	0.785	0.059	0.419
Escolaridade - 2o. Grau incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.820	0.825	-0.378	0.449

Escolaridade - 2o. Grau completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.334	0.773	-0.056	0.409
Escolaridade - Superior incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.174	0.827	-0.260	0.438
Escolaridade - Superior completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.475	0.788	-0.012	0.415
Sexo feminino (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.150	0.351	0.121	0.192
Partido: Esquerda (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.299	0.237	0.091	0.126
Partido: Centro (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.199	0.180	0.229**	0.098
Estado civil - casado (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.356	0.234	0.365***	0.134
Estado civil - divorciado (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.225	0.433	0.102	0.232
Estado civil - viúvo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.163	0.364	-0.157	0.173
Idade (valores multiplicados por 10 <sup>3</sup> )	-0.124	0.091	-0.050	0.050
Percentual mulheres	0.183	0.278	0.208**	0.106
Percentual idosos	-0.630***	0.109	-0.748***	0.054
Percentual jovens	-0.120	0.098	-0.390***	0.025
Quantidade de internações per capita (valores multiplicados por 10)	-0.076	0.401	0.141	0.136
Investimento per capita (valores multiplicados por 10 <sup>3</sup> )	-0.077***	0.010	-0.098***	0.009
Quantidade de escolas per capita	-0.331	1.317	0.929	0.687
PIB municipal per capita (valores multiplicados por 10 <sup>4</sup> )	-4.645	2.542		
Dummy eleição 2000 (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			-0.641***	0.128
Dummy eleição 2004 (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			-0.945***	0.212
Dummy eleição 2008 (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			-0.182	0.295
Dummy 2o. ano mandato (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			-0.102	0.066
Dummy 3o. ano mandato (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			-0.024	0.085
Dummy 4o. ano mandato (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			0.266**	0.105
Constante	0.369***	0.140	0.445***	0.052
Número de observações	8,066		38,340	
R2	0.192		0.061	
R2 ajustado	0.189		0.061	

Nota:\*\*\* p-valor<0.01, \*\* p-valor<0.05, \* p-valor<0.1

Fonte: elaboração dos autores

As tabelas 5 e 6 mostram a regressão do percentual gasto com educação em função de variáveis de ocupação e escolaridade dos prefeitos e controles. Analisando o modelo que utiliza apenas informações do primeiro ano de mandato (especificação 1) não é possível dizer que aqueles prefeitos com uma participação em política como ocupação anterior gastam, em média, mais ou menos em educação do que outros prefeitos com diferentes profissões. Isso porque nenhuma das variáveis de ocupação

dos prefeitos foi significativa para explicar o percentual gasto com educação. O mesmo ocorre para o modelo que utiliza apenas informações do segundo ano (especificação 2) de mandato. Para o modelo que utiliza apenas informações do terceiro (especificação 3) ano de mandato tem-se que, o indivíduo que era político antes de se eleger prefeito gasta, em média, um percentual maior em educação do que os que pertencem ao grupo de exatas e aqueles com outras profissões, em torno de 3.2% e 2.2%, respectivamente. Quanto à escolaridade, nenhuma das categorias foi relevante para explicar o percentual gasto com educação. Quanto aos controles, apenas o percentual de idosos e investimento per capita foram significantes para a regressão, ambos com sinais negativos.

Já o modelo que utiliza apenas informações do quarto ano (especificação 4) de mandato tem-se que, o indivíduo que era político antes de se eleger prefeito gasta, em média, um percentual maior em educação do que os que pertencem ao grupo de exatas e de educadores, em torno de 4.1% e 3.8%, respectivamente. Esse segundo resultado vai contra a nossa hipótese inicial de que prefeitos com *background* ocupacional em uma área específica poderiam despende um gasto maior nessa mesma área. Quanto à escolaridade, nenhuma das categorias foi relevante para explicar o percentual gasto com educação. Sobre as variáveis de controle, tem-se que apenas o percentual de idosos e investimento per capita foram significantes para a regressão, ambos com sinais negativos.

Por fim, ao analisar o modelo que utiliza informações de todos os anos de mandato (especificação 5), tem-se que, o indivíduo que era político antes de se eleger prefeito gasta, em média, um percentual maior em educação do que os que pertencem ao grupo de exatas, em torno de 1.7%. Quanto à escolaridade, nenhuma das categorias foi relevante para explicar o percentual gasto com educação. Sobre as variáveis de controle, tem-se que os prefeitos de partidos de centro e esquerda estão associados a um percentual gasto com educação maior do que àqueles de partidos de direita, em torno de 0.72% e 1.18%, respectivamente. Os dados demográficos também foram relevantes, percentual de mulheres, idosos e jovens foram significantes para explicar o percentual gasto com educação, sendo que a primeira variável afeta negativamente a variável resposta e as outras tem um efeito positivo. O investimento per capita também se mostrou significativo e com sinal negativo.



**Tabela 7 – Resultados do modelo (3) de saúde gasto com saúde - informação de ocupação e escolaridade dos prefeitos**

Variável dependente	Percentual gasto com saúde					
	Especificação 1		Especificação 2		Especificação 3	
<b>Variáveis independentes</b>	<b>coeficiente/erro padrão</b>					
Ocupação - administração (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.100	0.217	-0.328	0.211	0.126	0.333
Ocupação - direito e ciências sociais (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.035	0.337	-0.047	0.316	-0.029	0.448
Ocupação - profissionais da saúde (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> ).	0.092	0.296	0.120	0.260	0.702*	0.368
Ocupação - biológicas (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.047	0.262	-0.158	0.264	0.342	0.354
Ocupação - servidores públicos (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.215	0.267	-0.078	0.256	0.040	0.378
Ocupação - exatas (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.155	0.455	0.190	0.371	0.805*	0.469
Ocupação - educadores (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.269	0.357	0.257	0.322	0.788**	0.400
Ocupação - outros (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.094	0.229	-0.095	0.226	0.449	0.320
Escolaridade - 1o. Grau incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.279	0.585	-0.215	0.605	0.535	0.747
Escolaridade - 1o. Grau completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.049	0.607	-0.786	0.616	0.260	0.770
Escolaridade - 2o. Grau incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.108	0.677	-0.765	0.681	0.072	0.817
Escolaridade - 2o. Grau completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.470	0.593	-1.117*	0.599	0.236	0.749
Escolaridade - Superior incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.561	0.658	-1.284**	0.648	-0.035	0.781
Escolaridade - Superior completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.274	0.611	-1.208**	0.604	0.114	0.750
Sexo feminino (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.590**	0.283	-0.107	0.285	-0.136	0.351
Partido: Esquerda (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.135	0.197	0.242	0.189	0.170	0.234
Partido: Centro (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.229	0.154	-0.085	0.150	0.093	0.174
Estado civil - casado (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.553**	0.216	-0.357*	0.203	0.021	0.247
Estado civil - divorciado (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.918**	0.399	-0.169	0.362	0.869*	0.447
Estado civil - viúvo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.189	0.266	0.019	0.279	0.688**	0.345
Idade (valores multiplicados por 10 <sup>4</sup> )	0.030	0.796	-0.815	0.765	0.171	0.901
Percentual mulheres	-0.111	0.201	0.029	0.146	0.063	0.201
Percentual idosos	0.236***	0.080	0.332***	0.082	0.276***	0.101
Percentual jovens	0.026	0.070	0.168***	0.064	-0.151	0.085
Quantidade de internações per capita (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.551	2.747	0.812	2.445	0.458	3.061
Investimento per capita (valores multiplicados por 10 <sup>4</sup> )	0.289	0.313	0.069	0.089	-0.018	0.168
Quantidade de escolas per capita	0.087	0.890	-1.530	1.013	-1.949*	1.032
PIB municipal per capita (valores multiplicados por 10 <sup>3</sup> )					0.024	0.217
Constante	0.182*	0.098	0.068	0.075	0.179*	0.100
Número de observações	11,344		10,981		7,949	
R2	0.365		0.311		0.326	
R2 ajustado	0.363		0.309		0.324	

Nota:\*\*\* p-valor<0.01, \*\* p-valor<0.05, \* p-valor<0.1

Fonte: elaboração dos autores

**Tabela 8 – Resultados do modelo (3) de percentual gasto com saúde - informação de ocupação e escolaridade dos prefeitos**

Variável dependente	Especificação 4		Especificação 5	
	Percentual gasto com saúde			
Variáveis independentes	coeficiente/erro padrão			
Ocupação - administração (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.301	0.368	-0.040	0.153
Ocupação - direito e ciências sociais (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.157	0.469	0.084	0.229
Ocupação - profissionais da saúde (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> ).	0.358	0.407	0.323*	0.194
Ocupação - biológicas (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.181	0.401	0.073	0.182
Ocupação - servidores públicos (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.293	0.406	0.007	0.188
Ocupação - exatas (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.345	0.524	0.270	0.274
Ocupação - educadores (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.502	0.483	0.416*	0.226
Ocupação - outros (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.605	0.367	0.146	0.159
Escolaridade - 1o. Grau incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.056	0.777	0.088	0.436
Escolaridade - 1o. Grau completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.060	0.787	-0.258	0.446
Escolaridade - 2o. Grau incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.150	0.828	-0.208	0.481
Escolaridade - 2o. Grau completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.081	0.769	-0.452	0.432
Escolaridade - Superior incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.213	0.839	-0.620	0.468
Escolaridade - Superior completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.404	0.785	-0.517	0.442
Sexo feminino (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.169	0.354	0.039	0.201
Partido: Esquerda (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.642***	0.231	0.233*	0.139
Partido: Centro (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.125	0.182	-0.128	0.103
Estado civil - casado (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.154	0.235	-0.266*	0.142
Estado civil - divorciado (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	1.226***	0.408	0.028	0.259
Estado civil - viúvo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.163	0.357	0.043	0.197
Idade (valores multiplicados por 10 <sup>4</sup> )	0.775	0.958	0.033	0.547
Percentual mulheres	0.210	0.293	-0.165*	0.095
Percentual idosos	0.395***	0.106	0.285***	0.054
Percentual jovens	-0.035	0.098	0.328***	0.024
Quantidade de internações per capita (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-7.461**	3.569	-0.737	1.375

Investimento per capita (valores multiplicados por 10 <sup>4</sup> )	-0.374***	0.092	-0.038	0.096
Quantidade de escolas per capita	-0.770	1.195	-1.663***	0.631
PIB municipal per capita (valores multiplicados por 10 <sup>3</sup> )	0.560***	0.190		
Dummy eleição 2000 (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			0.504***	0.013
Dummy eleição 2004 (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			0.799***	0.022
Dummy eleição 2008 (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			1.060***	0.029
Dummy 2o. ano mandato (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			0.100***	0.007
Dummy 3o. ano mandato (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			0.204***	0.008
Dummy 4o. ano mandato (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			0.249***	0.011
Constante	0.053	0.143	0.077	0.047
Número de observações	8,066		38,340	
R2	0.243		0.271	
R2 ajustado	0.240		0.270	

Nota:\*\*\* p-valor<0.01, \*\* p-valor<0.05, \* p-valor<0.1

Fonte: elaboração dos autores

As tabelas 7 e 8 mostram a regressão do percentual gasto com saúde em função de variáveis de ocupação e escolaridade dos prefeitos e controles. Analisando o modelo que utiliza apenas informações do primeiro ano de mandato (especificação 1) não é possível dizer que aqueles prefeitos com uma participação em política como ocupação anterior gastam, em média, mais ou menos em saúde do que outros prefeitos com diferentes profissões. Isso porque nenhuma das variáveis de ocupação dos prefeitos foi significativa para explicar o percentual gasto com saúde. O mesmo ocorre para os modelos que utilizam apenas informações do segundo (especificação 2) e quarto (especificação 4) ano de mandato.

Para o modelo que utiliza apenas informações do terceiro ano (especificação 3) de mandato tem-se que, o indivíduo que era político antes de se eleger prefeito gasta, em média, um percentual menor em saúde do que os que pertencem ao grupo de profissionais de saúde, exatas e educadores, em torno de 3.4%, 3.9% e 3.8%, respectivamente. Quanto à escolaridade, nenhuma das categorias foi relevante para explicar o percentual gasto com saúde. Quanto aos controles, tem-se que o estado civil foi relevante para explicar o percentual gasto com saúde. Prefeitos divorciados e viúvos, em média gastam um percentual maior em saúde do que os prefeitos solteiros, em torno de 4.2% e 3.3%, respectivamente. Outras duas variáveis foram significantes,

percentual de idosos e quantidade de escolas per capita, a primeira variável possui um efeito positivo sobre a variável resposta e a segunda, um efeito negativo.

Já ao analisar o modelo que utiliza informações de todos os anos de mandato (especificação 5), tem-se que, o indivíduo que era político antes de se eleger prefeito gasta, em média, um percentual menor em saúde do que os que pertencem ao grupo de profissionais de saúde e exatas, em torno de 1.55% e 1.98%, respectivamente. Quanto à escolaridade, nenhuma das categorias foi relevante para explicar o percentual gasto com saúde. Sobre as variáveis de controle, os prefeitos casados, em média, gastam menos com saúde do que os prefeitos solteiros, em torno de 1.26%. Também tem-se que o percentual de mulheres, idosos e jovens foram significantes para explicar o percentual gasto com saúde, sendo que a primeira variável afeta negativamente a variável resposta e as outras tem um efeito positivo. A informação de quantidade de escolas per capita também tem efeito significativo e negativo sobre o percentual gasto com saúde. Por fim, temos que o percentual gasto com saúde, em média, é crescente ao longo do tempo, ou seja, prefeitos, em média, despendem um valor maior em saúde nos últimos anos e valores menores nos primeiros anos.

**Tabela 9 – Resultados do modelo (4) de saúde gasto com urbanismo - informação de ocupação e escolaridade dos prefeitos**

Variável dependente	Especificação 1    Especificação 2    Especificação 3					
	Percentual gasto com urbanismo					
Variáveis independentes	coeficiente/erro padrão					
Ocupação - administração (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.077	0.195	0.054	0.200	0.006	0.326
Ocupação - direito e ciências sociais (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.420	0.301	0.052	0.289	-0.034	0.411
Ocupação - profissionais da saúde (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> ).	-0.076	0.247	-0.122	0.253	-0.407	0.375
Ocupação - biológicas (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.184	0.223	0.516**	0.241	0.245	0.352
Ocupação - servidores públicos (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.164	0.249	0.186	0.271	-0.127	0.377
Ocupação - exatas (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.174	0.317	0.035	0.374	0.013	0.454
Ocupação - educadores (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.246	0.286	0.171	0.302	0.745*	0.436
Ocupação - outros (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.025	0.196	-0.055	0.210	-0.293	0.327
Escolaridade - 1o. Grau incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.217	0.497	0.161	0.594	0.537	0.664
Escolaridade - 1o. Grau completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.004	0.502	0.217	0.598	0.949	0.666

Escolaridade - 2o. Grau incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.122	0.555	0.111	0.620	1.013	0.707
Escolaridade - 2o. Grau completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.162	0.494	0.285	0.581	0.015	0.652
Escolaridade - Superior incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.292	0.530	0.592	0.621	0.328	0.688
Escolaridade - Superior completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.146	0.499	0.491	0.582	0.663	0.657
Sexo feminino (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.183	0.245	-0.397	0.245	-0.235	0.340
Partido: Esquerda (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.205	0.171	-0.277	0.176	-0.189	0.205
Partido: Centro (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.158	0.131	0.060	0.143	0.068	0.163
Estado civil - casado (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.382**	0.189	-0.328*	0.195	-0.070	0.223
Estado civil - divorciado (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.205	0.313	-0.136	0.359	0.233	0.365
Estado civil - viúvo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.467*	0.275	0.341	0.250	0.215	0.339
Idade (valores multiplicados por 10 <sup>3</sup> )	0.059	0.068	-0.074	0.070	-0.006	0.084
Percentual mulheres	0.305*	0.164	0.241	0.160	0.280	0.202
Percentual idosos	0.249***	0.073	-0.113	0.106	-0.001	0.096
Percentual jovens	0.019	0.062	0.154**	0.072	0.161**	0.080
Quantidade de internações per capita (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.257	0.221	0.348	0.231	-0.043	0.263
Investimento per capita (valores multiplicados por 10 <sup>4</sup> )	0.125***	0.026	0.096***	0.029	0.145***	0.022
Quantidade de escolas per capita	-1.991**	0.849	-3.070***	1.002	-1.341	1.109
PIB municipal per capita (valores multiplicados por 10 <sup>4</sup> )					-0.227	0.244
Constante	-0.072	0.082	-0.075	0.082	-0.121	0.101
<hr/>						
Número de observações	11,344		10,981		7,949	
R2	0.100		0.065		0.062	
R2 ajustado	0.098		0.063		0.059	
<hr/>						
Nota:*** p-valor<0.01, ** p-valor<0.05, * p-valor<0.1						
Fonte: elaboração dos autores						

**Tabela 10 – Resultados do modelo (4) de percentual gasto com urbanismo - informação de ocupação e escolaridade dos prefeitos**

Variável dependente	Especificação 4		Especificação 5	
	Percentual gasto com urbanismo			
Variáveis independentes	coeficiente/erro padrão			
Ocupação - administração (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.395	0.361	0.064	0.138
Ocupação - direito e ciências sociais (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.011	0.444	-0.172	0.209
Ocupação - profissionais da saúde (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> ).	-0.226	0.396	-0.180	0.177
Ocupação - biológicas (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.329	0.373	0.308*	0.163
Ocupação - servidores públicos (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.084	0.399	-0.050	0.182

Ocupação - exatas (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.286	0.456	0.052	0.241
Ocupação - educadores (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.838*	0.461	0.333	0.212
Ocupação - outros (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.213	0.343	-0.144	0.144
Escolaridade - 1o. Grau incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.376	0.623	0.041	0.386
Escolaridade - 1o. Grau completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.117	0.650	0.251	0.389
Escolaridade - 2o. Grau incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.076	0.690	0.220	0.411
Escolaridade - 2o. Grau completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.924	0.617	-0.017	0.380
Escolaridade - Superior incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.604	0.665	0.215	0.403
Escolaridade - Superior completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.505	0.625	0.189	0.385
Sexo feminino (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.098	0.332	-0.247	0.175
Partido: Esquerda (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.226	0.214	-0.221*	0.120
Partido: Centro (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.150	0.167	0.036	0.096
Estado civil - casado (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.110	0.216	-0.162	0.131
Estado civil - divorciado (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.426	0.401	0.050	0.236
Estado civil - viúvo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.230	0.344	0.376**	0.178
Idade (valores multiplicados por 10 <sup>3</sup> )	-0.037	0.089	-0.019	0.050
Percentual mulheres	0.523**	0.251	0.286***	0.105
Percentual idosos	-0.161	0.099	0.039	0.058
Percentual jovens	0.063	0.086	-0.116***	0.024
Quantidade de internações per capita (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	2.716	3.243	1.952	1.303
Investimento per capita (valores multiplicados por 10 <sup>3</sup> )	0.142***	0.022	0.118***	0.018
Quantidade de escolas per capita				
PIB municipal per capita (valores multiplicados por 10 <sup>3</sup> )	-0.321	0.313		
Dummy eleição 2000 (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			-1.465***	0.133
Dummy eleição 2004 (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			-2.417***	0.216
Dummy eleição 2008 (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			-3.899***	0.293
Dummy 2o. ano mandato (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			0.227**	0.088
Dummy 3o. ano mandato (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			-0.617***	0.078
Dummy 4o. ano mandato (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			-0.455***	0.112
Constante	-0.168	0.124	0.007	0.051
Número de observações		8,066	38,340	
R2		0.131	0.077	
R2 ajustado		0.127	0.077	

Nota:\*\*\* p-valor<0.01, \*\* p-valor<0.05, \* p-valor<0.1

*Fonte: elaboração dos autores*

---

As tabelas 9 e 10 mostram a regressão do percentual gasto com urbanismo em função de variáveis de ocupação e escolaridade dos prefeitos e controles. Analisando o modelo que utiliza apenas informações do primeiro ano de mandato (especificação 1) não é possível dizer que aqueles prefeitos com uma participação em política como ocupação anterior gastam, em média, mais ou menos em urbanismo do que outros prefeitos com diferentes profissões. Isso porque nenhuma das variáveis de ocupação dos prefeitos foi significativa para explicar o percentual gasto com urbanismo.

Para o modelo que utiliza apenas informações do segundo (especificação 2) ano de mandato tem-se que, o indivíduo que era político antes de se eleger prefeito gasta, em média, um percentual menor em urbanismo do que os que pertencem ao grupo de profissionais de biológicas, em torno de 5.35%. Quanto à escolaridade, nenhuma das categorias foi relevante para explicar o percentual gasto com urbanismo. Quanto aos controles, tem-se que o estado civil foi relevante para explicar o percentual gasto com urbanismo. Prefeitos casados, em média gastam um percentual menor em urbanismo do que os prefeitos solteiros, em torno de 3.36%. Também temos as seguintes variáveis significantes: percentual de jovens. Investimento per capita e quantidade de escolas per capita, as duas primeiras variáveis possuem um efeito positivo sobre a variável resposta e a terceira, um efeito negativo.

Ao analisar o modelo que utiliza apenas informações do terceiro (especificação 3) ano de mandato tem-se que, o indivíduo que era político antes de se eleger prefeito gasta, em média, um percentual menor em urbanismo do que os que pertencem ao grupo de profissionais de educadores, em torno de 8.6%. Quanto à escolaridade, nenhuma das categorias foi relevante para explicar o percentual gasto com urbanismo. Quanto aos controles, tem-se duas variáveis significantes, percentual de jovens e investimento per capita, ambas possuem um efeito positivo sobre a variável resposta.

Já o modelo que utiliza apenas informações do quarto ano (especificação 4) de mandato tem-se que, o indivíduo que era político antes de se eleger prefeito gasta, em média, um percentual menor em urbanismo do que os que pertencem ao grupo de profissionais de educadores, em torno de 8.95%. Quanto à escolaridade, nenhuma das categorias foi relevante para explicar o percentual gasto com urbanismo. Quanto

aos controles, tem-se duas variáveis significantes, percentual de mulheres e investimento per capita, ambas possuem um efeito positivo sobre a variável resposta.

Por fim, o modelo que utiliza informações de todos os anos de mandato (especificação 5), tem-se que, o indivíduo que era político antes de se eleger prefeito gasta, em média, um percentual menor em urbanismo do que os que pertencem ao grupo de biológicas, em torno de 3.32%. Quanto à escolaridade, nenhuma das categorias foi relevante para explicar o percentual gasto com urbanismo. Sobre as variáveis de controle, tem-se que os prefeitos de partidos de esquerda estão associados a um percentual gasto com urbanismo menor do que àqueles de partidos de direita, em torno de 2.44%. Prefeitos viúvos, em média, gastam mais com urbanismo do que os prefeitos solteiros, em torno de 4.10%. Também tem-se que o percentual de mulheres, e jovens foram significantes para explicar o percentual gasto com urbanismo, sendo que a primeira variável afeta positivamente a variável resposta e a segunda tem um efeito negativo. O investimento per capita também tem efeito significativo e positivo sobre o percentual gasto com urbanismo.

**Tabela 11 – Resultados do modelo (5) de saúde gasto com administração - informação de ocupação e escolaridade dos prefeitos**

Variável dependente	Percentual gasto com administração					
	Especificação 1		Especificação 2		Especificação 3	
Variáveis independentes	coeficiente/erro padrão					
Ocupação - administração (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.088	0.299	0.102	0.282	-0.110	0.404
Ocupação - direito e ciências sociais (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.502	0.449	0.179	0.430	-0.288	0.533
Ocupação - profissionais da saúde (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> ).	0.137	0.361	0.365	0.340	0.141	0.455
Ocupação - biológicas (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.263	0.344	0.055	0.336	0.223	0.441
Ocupação - servidores públicos (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.041	0.375	0.151	0.339	0.501	0.475
Ocupação - exatas (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.061	0.558	0.407	0.453	0.118	0.562
Ocupação - educadores (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-1.095**	0.429	-0.434	0.388	-0.512	0.562
Ocupação - outros (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.045	0.324	0.145	0.315	0.201	0.392
Escolaridade - 1o. Grau incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.981	0.824	-0.632	0.701	-1.059	0.935
Escolaridade - 1o. Grau completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-1.175	0.841	-0.676	0.729	-1.774*	0.952
Escolaridade - 2o. Grau incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.278	0.926	-0.256	0.822	-1.035	0.997



Escolaridade - 2o. Grau completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-1.064	0.842	-0.300	0.716	-0.978	0.948
Escolaridade - Superior incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.278	0.895	-0.172	0.763	-0.228	0.996
Escolaridade - Superior completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.847	0.848	-0.546	0.718	-1.124	0.940
Sexo feminino (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.015	0.339	0.413	0.315	-0.202	0.410
Partido: Esquerda (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.366	0.251	0.420*	0.240	0.029	0.283
Partido: Centro (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.237	0.191	-0.111	0.181	-0.284	0.215
Estado civil - casado (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.480*	0.274	0.491*	0.253	-0.070	0.293
Estado civil - divorciado (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.616	0.537	0.478	0.433	-0.204	0.492
Estado civil - viúvo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.217	0.348	-0.489	0.310	-0.930**	0.430
Idade (valores multiplicados por 10 <sup>3</sup> )	-0.026	0.102	0.023	0.097	0.050	0.110
Percentual mulheres	0.102	0.223	-0.002	0.234	-0.739***	0.239
Percentual idosos	0.261***	0.097	0.331**	0.132	0.024	0.132
Percentual jovens	0.202**	0.102	-0.088	0.094	0.079	0.106
Quantidade de internações per capita (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.061	0.289	-0.342	0.284	-0.257	0.356
Investimento per capita (valores multiplicados por 10 <sup>3</sup> )	-0.105***	0.015	-0.085***	0.016	-0.099***	0.018
Quantidade de escolas per capita	0.830	1.179	0.492	1.127	0.587	1.443
PIB municipal per capita (valores multiplicados por 10 <sup>3</sup> )					0.240	0.274
Constante	0.076	0.113	0.208*	0.114	0.538***	0.118
Número de observações	11,344		10,981		7,949	
R2	0.167		0.084		0.098	
R2 ajustado	0.164		0.081		0.095	

Nota:\*\*\* p-valor<0.01, \*\* p-valor<0.05, \* p-valor<0.1

Fonte: elaboração dos autores

**Tabela 12 – Resultados do modelo (5) de percentual gasto com administração - informação de ocupação e escolaridade dos prefeitos**

Variável dependente	Especificação 4		Especificação 5	
	Percentual gasto com administração			
Variáveis independentes	coeficiente/erro padrão			
Ocupação - administração (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.460	0.473	-0.107	0.215
Ocupação - direito e ciências sociais (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.555	0.624	0.057	0.326
Ocupação - profissionais da saúde (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> ).	-0.254	0.532	0.045	0.267
Ocupação - biológicas 2 (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.730	0.500	-0.173	0.251
Ocupação - servidores públicos (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.138	0.527	0.090	0.262
Ocupação - exatas (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.126	0.808	0.096	0.342
Ocupação - educadores (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.591	0.654	-0.626**	0.300
Ocupação - outros (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.389	0.471	-0.006	0.229
Escolaridade - 1o. Grau incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.067	0.886	-0.687	0.571

Escolaridade - 1o. Grau completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.387	0.872	-0.922	0.586
Escolaridade - 2o. Grau incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.017	0.958	-0.287	0.642
Escolaridade - 2o. Grau completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.109	0.880	-0.566	0.587
Escolaridade - Superior incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.759	0.942	-0.033	0.622
Escolaridade - Superior completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.187	0.883	-0.585	0.585
Sexo feminino (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.247	0.420	0.047	0.235
Partido: Esquerda (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.057	0.325	0.270	0.179
Partido: Centro (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.055	0.248	0.010	0.136
Estado civil - casado (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.002	0.310	0.334*	0.189
Estado civil - divorciado (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.753	0.560	0.283	0.320
Estado civil - viúvo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.760*	0.459	-0.457*	0.240
Idade (valores multiplicados por 10 <sup>3</sup> )	0.201	0.123	0.051	0.073
Percentual mulheres	-1.235***	0.362	-0.096	0.131
Percentual idosos	0.417***	0.145	0.202**	0.079
Percentual jovens	0.112	0.133	0.019	0.036
Quantidade de internações per capita (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.238	0.536	-0.051	0.165
Investimento per capita (valores multiplicados por 10 <sup>3</sup> )	-0.068***	0.021	-0.077***	0.009
Quantidade de escolas per capita	2.638	1.749	1.501	0.905
PIB municipal per capita (valores multiplicados por 10 <sup>3</sup> )	0.388	0.342		
Dummy eleição 2000 (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			-2.638***	0.172
Dummy eleição 2004 (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			-3.077***	0.286
Dummy eleição 2008 (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			-4.207***	0.395
Dummy 2o. ano mandato (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			-1.406***	0.076
Dummy 3o. ano mandato (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			-1.737***	0.098
Dummy 4o. ano mandato (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			-2.365***	0.125
Constante	0.691***	0.173	0.235***	0.064
Número de observações	8,066		38,340	
R2	0.054		0.098	
R2 ajustado	0.051		0.098	

Nota:\*\*\* p-valor<0.01, \*\* p-valor<0.05, \* p-valor<0.1

Fonte: elaboração dos autores

As tabela 11 e 12 mostram a regressão do percentual gasto com administração em função de variáveis de ocupação e escolaridade dos prefeitos e controles. Analisando o modelo que utiliza apenas informações do primeiro ano de mandato (especificação 1) não é possível dizer que aqueles prefeitos com uma participação em política como ocupação anterior gastam, em média, mais ou menos em administração do que outros prefeitos com diferentes profissões. Isso porque nenhuma das variáveis de ocupação dos prefeitos foi significativa para explicar o percentual gasto com

administração. O mesmo ocorre para os modelos que utilizam apenas informações do segundo (especificação 2), terceiro (especificação 3) e quarto (especificação 4) ano de mandato.

Para o modelo que utiliza apenas informações do primeiro (especificação 1) ano de mandato tem-se que, o indivíduo que era político antes de se eleger prefeito gasta, em média, um percentual maior em administração do que os que pertencem ao grupo de educadores, em torno de 5.63%. Quanto à escolaridade, nenhuma das categorias foi relevante para explicar o percentual gasto com administração. Quanto aos controles, tem-se que o estado civil foi relevante para explicar o percentual gasto com administração. Prefeitos casados, em média gastam um percentual maior em administração do que os prefeitos solteiros, em torno de 2.48%. Também temos as seguintes variáveis significantes: percentual de idosos e de jovens e investimento per capita, sendo que as duas primeiras variáveis possuem um efeito positivo sobre a variável resposta e a terceira, um efeito negativo.

Por fim, o modelo que utiliza informações de todos os anos de mandato (especificação 5), tem-se que, o indivíduo que era político antes de se eleger prefeito gasta, em média, um percentual maior em administração do que os que pertencem ao grupo de educadores, em torno de 3.46%. Quanto à escolaridade, nenhuma das categorias foi relevante para explicar o percentual gasto com administração. Quanto aos controles, tem-se que o estado civil foi relevante para explicar o percentual gasto com administração. Prefeitos casados, em média gastam um percentual maior em administração do que os prefeitos solteiros, em torno de 1.84%, já os prefeitos viúvos gastam um percentual menor em urbanismo do que os prefeitos solteiros, em torno de 2.51%. Também temos as seguintes variáveis significantes: percentual de idosos e investimento per capita, sendo que a primeira variáveis possui um efeito positivo sobre a variável resposta e a segunda, um efeito negativo.

**Tabela 13 – Resultados do modelo (6) de percentual gasto com transporte - informação de ocupação e escolaridade dos prefeitos**

	Especificação 1		Especificação 2		Especificação 3	
<b>Variável dependente</b>	<b>Percentual gasto com transporte</b>					
<b>Variáveis independentes</b>	<b>coeficiente/erro padrão</b>					
Ocupação - administração (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.179	0.146	-0.019	0.146	0.210	0.219

Ocupação - direito e ciências sociais (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.112	0.205	-0.275	0.201	0.447	0.280
Ocupação - profissionais da saúde (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> ).	-0.542***	0.175	-0.376**	0.167	0.358	0.239
Ocupação - biológicas 2 (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.004	0.182	0.056	0.187	0.363	0.242
Ocupação - servidores públicos (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.168	0.186	-0.292	0.193	0.086	0.250
Ocupação - exatas (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.191	0.229	-0.193	0.229	0.344	0.300
Ocupação - educadores (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.246	0.233	-0.047	0.230	-0.266	0.292
Ocupação - outros (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.078	0.160	0.004	0.160	0.516**	0.217
Escolaridade - 1o. Grau incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.110	0.383	0.909**	0.404	-0.114	0.495
Escolaridade - 1o. Grau completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.146	0.375	0.515	0.430	0.117	0.496
Escolaridade - 2o. Grau incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.019	0.420	0.444	0.444	-0.233	0.519
Escolaridade - 2o. Grau completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.084	0.375	0.608	0.396	0.043	0.479
Escolaridade - Superior incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.204	0.397	0.556	0.425	-0.355	0.519
Escolaridade - Superior completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.252	0.375	0.766*	0.399	-0.109	0.483
Sexo feminino (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.137	0.154	-0.319*	0.173	-0.005	0.197
Partido: Esquerda (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.230*	0.126	-0.538***	0.135	-0.190	0.161
Partido: Centro (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.082	0.099	-0.143	0.104	0.087	0.117
Estado civil - casado (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.055	0.134	-0.298**	0.133	-0.275*	0.145
Estado civil - divorciado (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.478*	0.250	-0.192	0.265	-0.329	0.247
Estado civil - viúvo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.112	0.172	0.191	0.180	0.063	0.246
Idade (valores multiplicados por 10 <sup>3</sup> )	-0.076	0.049	-0.062	0.050	-0.072	0.060
Percentual mulheres	-0.605***	0.134	-0.524***	0.147	-0.173	0.154
Percentual idosos	-0.214***	0.058	0.139**	0.067	-0.031	0.075
Percentual jovens	-0.084*	0.048	-0.033	0.053	-0.101	0.062
Quantidade de internações per capita (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-2.556	1.653	-1.002	1.670	-0.359	1.876
Investimento per capita (valores multiplicados por 10 <sup>4</sup> )	0.544***	0.158	0.738***	0.087	0.531***	0.120
Quantidade de escolas per capita	0.909	0.749	1.506*	0.870	1.030	0.989
PIB municipal per capita (valores multiplicados por 10 <sup>3</sup> )					-0.629***	0.171
Constante	0.436***	0.066	0.324***	0.073	0.198***	0.075
Número de observações	11,344		10,981		7,949	
R2	0.195		0.140		0.121	
R2 ajustado	0.193		0.138		0.118	

Nota:\*\*\* p-valor<0.01, \*\* p-valor<0.05, \* p-valor<0.1

Fonte: elaboração dos autores

**Tabela 14 – Resultados do modelo (6) de percentual gasto com transporte - informação de ocupação e escolaridade dos prefeitos**

Variável dependente	Especificação 4		Especificação 5	
	Percentual gasto com transporte			

**Variáveis independentes**

	<b>coeficiente/erro padrão</b>			
Ocupação - administração (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.265	0.267	0.002	0.102
Ocupação - direito e ciências sociais (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.132	0.306	0.023	0.151
Ocupação - profissionais da saúde (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> ).	0.440	0.270	-0.161	0.122
Ocupação - biológicas 2 (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.288	0.275	0.093	0.127
Ocupação - servidores públicos (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.220	0.281	-0.108	0.131
Ocupação - exatas (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.495	0.346	0.162	0.165
Ocupação - educadores (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.137	0.347	-0.144	0.162
Ocupação - outros (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.394	0.251	0.115	0.111
Escolaridade - 1o. Grau incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.688	0.445	0.382	0.279
Escolaridade - 1o. Grau completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.919**	0.457	0.387	0.279
Escolaridade - 2o. Grau incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.632	0.483	0.261	0.291
Escolaridade - 2o. Grau completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.825*	0.445	0.379	0.270
Escolaridade - Superior incompleto (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.227	0.474	0.161	0.289
Escolaridade - Superior completo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.683	0.447	0.322	0.272
Sexo feminino (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.159	0.214	-0.171	0.116
Partido: Esquerda (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.500***	0.178	-0.362***	0.093
Partido: Centro (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.129	0.128	-0.024	0.073
Estado civil - casado (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.055	0.151	-0.141	0.090
Estado civil - divorciado (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.197	0.304	-0.014	0.172
Estado civil - viúvo (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	0.167	0.245	0.038	0.127
Idade (valores multiplicados por 10 <sup>3</sup> )	-0.080	0.064	-0.061*	0.035
Percentual mulheres	0.003	0.194	-0.337***	0.085
Percentual idosos	-0.000	0.075	-0.058	0.042
Percentual jovens	-0.142**	0.072	-0.105***	0.017
Quantidade de internações per capita (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )	-0.694	2.304	-1.299	0.982
Investimento per capita (valores multiplicados por 10 <sup>4</sup> )	0.405***	0.119	0.591***	0.068
Quantidade de escolas per capita	-0.103	1.050	0.748	0.585
PIB municipal per capita (valores multiplicados por 10 <sup>3</sup> )	-0.969***	0.242		
Dummy eleição 2000 (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			-2.157***	0.094
Dummy eleição 2004 (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			-3.305***	0.145
Dummy eleição 2008 (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			-4.767***	0.202
Dummy 2o. ano mandato (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			-0.428***	0.046
Dummy 3o. ano mandato (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			-0.915***	0.054
Dummy 4o. ano mandato (valores multiplicados por 10 <sup>2</sup> )			-1.194***	0.068
Constante	0.119	0.095	0.289***	0.041
Número de observações	8,066		38,340	

R2	0.100	0.120
R2 ajustado	0.097	0.120

Nota:\*\*\* p-valor<0.01, \*\* p-valor<0.05, \* p-valor<0.1

Fonte: elaboração dos autores

As tabelas 13 e 14 mostram a regressão do percentual gasto com transporte em função de variáveis de ocupação e escolaridade dos prefeitos e controles. Analisando o modelo que utiliza apenas informações do quarto ano de mandato (especificação 4) não é possível dizer que aqueles prefeitos com uma participação em política como ocupação anterior gastam, em média, mais ou menos em urbanismo do que outros prefeitos com diferentes profissões. Isso porque nenhuma das variáveis de ocupação dos prefeitos foi significativa para explicar o percentual gasto com transporte. O mesmo ocorre para o modelo que utiliza informações de todos os anos de mandato (especificação 5).

Para o modelo que utiliza apenas informações do primeiro (especificação 1) ano de mandato tem-se que, o indivíduo que era político antes de se eleger prefeito gasta, em média, um percentual maior em transporte do que os que pertencem ao grupo de profissionais de saúde, em torno de 9.41%. Quanto à escolaridade, nenhuma das categorias foi relevante para explicar o percentual gasto com transporte. Sobre as variáveis de controle, tem-se que os prefeitos de partidos de esquerda estão associados a um percentual gasto com transporte menor do que àqueles de partidos de direita, em torno de 4.01%. Prefeitos divorciados, em média gastam um percentual maior em transporte do que os prefeitos solteiros, em torno de 7.67%. Também temos as seguintes variáveis significantes: percentual de mulheres, idosos e jovens e investimento per capita, sendo que as três primeiras variáveis possuem um efeito negativo sobre a variável resposta e a terceira, um efeito positivo.

Para o modelo que utiliza apenas informações do segundo (especificação 2) ano de mandato tem-se que, o indivíduo que era político antes de se eleger prefeito gasta, em média, um percentual maior em transporte do que os que pertencem ao grupo de profissionais de saúde, em torno de 6.69%. Quanto à escolaridade, apenas as categorias de “primeiro grau incompleto” e “superior completo” foram significantes para explicar o percentual gasto com transporte, sendo que as duas variáveis possuem um efeito positivo em relação aos prefeitos que apenas lêem e escrevem. Temos também que prefeitas mulheres gastam, em média, um percentual 5.61% menor do que os prefeitos do sexo masculino. Sobre as variáveis de controle, tem-se

que os prefeitos de partidos de esquerda estão associados a um percentual gasto com transporte menor do que àqueles de partidos de direita, em torno de 9.58%. Prefeitos casados, em média gastam um percentual menor em transporte do que os prefeitos solteiros, em torno de 5.24%. Também temos as seguintes variáveis significantes: percentual de mulheres e idosos e investimento per capita, sendo que as duas primeiras variáveis possuem um efeito negativo sobre a variável resposta e a terceira, um efeito positivo.

Para o modelo que utiliza apenas informações do terceiro (especificação 3) ano de mandato tem-se que, o indivíduo que era político antes de se eleger prefeito gasta, em média, um percentual menor em transporte do que os que pertencem ao grupo de outras profissões, em torno de 9.2%. Quanto à escolaridade, nenhuma das categorias foi relevante para explicar o percentual gasto com transporte. Sobre as variáveis de controle, tem-se que prefeitos casados, em média gastam um percentual menor em transporte do que os prefeitos solteiros, em torno de 4.87%. Também temos as seguintes variáveis significantes: investimento e PIB per capita, sendo que a primeira variável possui um efeito positivo sobre a variável resposta e a segunda, um efeito negativo.

## **6. Conclusões**

Nesse artigo investigamos a relação entre informações do background educacional e de ocupação dos prefeitos e seus respectivos gastos realizados nos municípios brasileiros. Encontramos que existe uma relação entre o tipo de ocupação dos prefeitos com as despesas municipais. Analisando os gastos totais dos municípios, temos que os prefeitos com background político, em média, gastam menos do que algumas outras ocupações (direito e ciências sociais e biológicas). Sendo que o patamar desse gasto adicional é de pelo menos R\$ 19,32 per capita (em torno de pelo menos 1.8% a mais). Contudo, informações de nível educacional não podem ser associados a um valor maior ou menor de gastos.

Quanto às regressões que tentam explicar o percentual gasto com os cinco itens que representam os maiores gastos realizados pelos municípios, temos que, para gastos com educação os prefeitos com background político estão associados a maiores gastos se comparados a prefeitos de outras ocupações, como o grupo de exatas, educadores e outros. Ao analisar os gastos com saúde, os prefeitos que eram da área de saúde estão associados a gastos maiores do que os realizados por

prefeitos com *background* político (entre 1.55%. e 3.9% sobre o percentual gasto com saúde). Avaliando os gastos com urbanismo, vemos que os educadores e biólogos estão associados a um percentual maior de gasto com urbanismo em relação aos prefeitos com *background* político (entre 3.32% e 8.95% sobre o percentual gasto com urbanismo). Observando gastos com administração observamos que os prefeitos com *background* em educação apresentam, em média, gastos menores com administração quando comparado àqueles que possuíam um *background* político (entre 3.46% e 5.63% sobre o percentual gasto com administração). E por fim, ao analisar despesas com transporte, temos que o prefeito com *background* político está associado a um maior percentual de gasto em transporte (de 6.69% a 9.41% sobre o percentual gasto com transporte), quando comparado ao prefeito da área de saúde.

Quando a amostra das regressões foi restringida apenas para prefeitos que não tinham sido reeleitos, a maioria dos resultados se manteve. Mas em alguns casos, observamos que alguns efeitos de ocupação desapareceram, como por exemplo, na regressão que explica o percentual gasto com administração.

Sendo assim, podemos dizer que foram encontradas diferentes tipos de relação entre o *background* educacional e ocupacional dos prefeitos brasileiros com os seus gastos nos municípios de atuação. Porém, é importante salientar que essa é uma análise quantitativa e posteriormente seria importante estudar a qualidade desses gastos e tentar relacioná-la com os as informações prévias dos prefeitos.

## 7. Bibliografia

Carnes, N. (2012) "Does the numerical underrepresentation of the working class in congress matter?", *Legislative Studies Quarterly* 37.1

Carroll, S. J. & Sanbonmatsu, K. (2009) "Gender and the decision to run for the state legislature", *Midwest Political Science Association Annual Meeting*, Chicago, IL, April 2-5

Chattopadhyay, R. & Duflo, E. (2004) "Women as policy makers: evidence from a nationwide randomized experiment in India", *Econometrica* 72 (5): 1409–43



Drazen, A. & Eslava, M. (2005), "Electoral manipulation via expenditure composition: theory and evidence", NBER Working Paper W11085 .

Dreher, A., Lamla, M. J., Rupprecht, S. M. & Somogyi, F. (2006), "The impact of political leaders' profession and education on reforms", KOF Working papers 06-147, KOF Swiss Economic Institute, ETH Zurich.

Gelpi, C. & Feaver, P. D. (2002) "Speak softly and carry a big stick? Veterans in the political elite and the american use of force", American Political Science Review, Vol. 96, No. 4, December

Gohlman, S. & Vaubel, R. (2005) "The educational and professional background of central bankers and its effect on inflation", RWI Discussion Paper No. 25

Lawless, J. L. & Theriault, S. M. (2005) "Will she stay or will she go? Career ceilings and women's retirement from the U. S. congress", Legislative Studies Quarterly, Vol. 30, No. 4, pp. 581-596

Levitt, S. D. (1996) "How do senators vote? Disentangling the role of voter preferences, party affiliation and senator ideology", The American economic review, Vol. 86, No. 3, pp. 425-441

Nakaguma, M. Y. & Bender, S. (2006), "A emenda da reeleição e a lei de responsabilidade fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos estados (1986-2002)", Revista de Economia Aplicada, v. 10, p. 377-397

Pande, R. (2003), "Can mandated political representation increase policy influence for disadvantage minorities?", The American economic review, Vol. 93, No. 4, pp. 1132-1151

Sakurai, S. N. (2005), "Testando a hipótese de ciclos eleitorais racionais nas eleições dos municípios paulistas. Estudos Econômicos. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 35, p. 297-313

Sakurai, S. N. & Gremaud, A. P. (2007), "Political business cycles: evidências empíricas para os municípios paulistas (1989 - 2001). *Revista de Economia Aplicada*", v. 11, p. 27-54

Sakurai, S. N. & Menezes-filho, N. A. (2008), "Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. *Public Choice*", v. 137, p. 301-314

Sakurai, S. N. (2009), "Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel" *Estudos Econômicos. Instituto de Pesquisas Econômicas*, v. 39, p. 39-58

Sakurai, N. S. & Menezes-Filho, N. (2011), "Opportunistic and partisan election cycles in Brazil: new evidence at the municipal level", *Public Choice, Springer*, vol. 148(1), pages 233-247

Saltzstein, G. H. (1986) "Female mayors and women in municipal jobs", *American Journal of Political Science*, Vol. 30, No. 1 (Feb., 1986), pp. 140-164

Schwindt-Bayer, L. A. (2006) "Still supermadres? Gender and the policy priorities of latin american legislators", *American Journal of Political Science*, Vol. 50, No.3, Pp. 570-585

Thomas, S. (1991) "The impact of women on state legislative policies", *The Journal of Politics*, Vol. 53, No. 4 (Nov., 1991), pp. 958-976

Thomas, S. & Welch, S. (1991) "The impact of gender on activities and priorities of state legislators" *The Western Political Quarterly*, Vol. 44, No. 2, pp. 445-456

Veiga, L. & Veiga, F. (2007), "Political business cycles at the municipal level", *Public Choice* 131(1), 45–64.

Videira, A. V. & Mattos, E. (2011), "Ciclos políticos eleitorais e a interação espacial de políticas fiscais entre os municípios brasileiros", *Economia Aplicada*, v. 15, n. 2, 2011, pp. 259-286

Washington E. (2008) "Female socialization: how daughters affect their legislator fathers' voting on women's issues", NBER Working Paper No. 11924